



Delinquência Juvenil: estudo sobre famílias de risco

Daniela Filipa Soares Sobreira

N.º 19634

Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar e da Educação

Dissertação realizada sob a orientação do Professor Doutor Francisco Luís Baptista de Sá Machado, Instituto Universitário da Maia

Outubro de 2015

Daniela Filipa Soares Sobreira

Nº: 19634

Delinquência Juvenil: estudo sobre famílias de risco

Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar e da Educação

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Francisco Luís Baptista de Sá Machado- Instituto Universitário da Maia

Outubro de 2015

Agradecimentos

Ao finalizar este percurso tão importante da minha vida queria expressar o meu agradecimento a todos aqueles que tiveram presentes e me apoiaram nesta caminhada e que, direta ou indiretamente, tornaram possível a realização deste trabalho.

Antes de mais gostaria de deixar o meu profundo agradecimento ao Professor Doutor Francisco Machado, meu orientador, pela disponibilidade, dedicação e partilha de conhecimentos que me levaram a acreditar cada vez mais nas minhas capacidades. E pelo exemplo de profissionalismo que me transmitiu como psicólogo.

À Professora Doutora Márcia Machado pela disponibilidade, amabilidade e partilha de conhecimento o meu mais sincero obrigada.

Às equipas de Rendimento Social de Inserção da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia e ao Conselho Executivo da escola envolvida, pela colaboração e disponibilidade para a concretização deste estudo.

Aos encarregados de educação que permitiram que os seus educandos participassem desta investigação e sobretudo aos adolescentes que, sem pedir nada em troca, compreenderam o objetivo deste estudo e ajudaram a cumpri-lo.

À Ana pelo tempo despendido e paciência, o meu sincero obrigada.

À Luísa que me tem acompanhado desde o início deste percurso, muito obrigada, pelas conversas e incentivo permanente.

Ao meu namorado, Pedro, por toda a compreensão, paciência e incentivo ao longo destes anos.

À minha Avó São, o meu eterno agradecimento, pela transmissão de valores, pelo apoio e incentivo incansável não só durante este percurso mas em todos os aspetos da minha vida.

Aos meus pais e á minha irmã, o meu mais profundo e especial agradecimento pelo apoio e amor incondicional, por me proporcionarem a continuidade dos meus estudos, e pela enorme dedicação ao longo destes anos. Obrigada por manterem tantas expectativas em relação a mim e ao meu trabalho. Esse foi um dos maiores incentivos que me poderiam ter dado. Espero um dia poder retribuir-vos tudo o que me têm dado.

Resumo

A presente investigação teve como intuito compreender a relação entre a perceção de aceitação-rejeição parental e os comportamentos antissociais e delinquentes de adolescentes pertencentes a famílias de risco, compreender a relação entre a conduta desviante e o tipo de família em que o adolescente está inserido (sinalizada- risco ou não sinalizada) e perceber se a empatia influencia o comportamento antissocial e delinquente. A população-alvo do estudo compreendeu 88 adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade. Os instrumentos de avaliação utilizados para a recolha da amostra incluíram um questionário sociodemográfico, que permitiu o conhecimento de algumas informações pessoais dos jovens e das suas famílias; o questionário da aceitação-rejeição parental- PARQ, (Rohner, 2005), que avalia os níveis da perceção da aceitação- rejeição parental sentida pelos filhos, o questionário de condutas antissociais e delitivas (Seisdedos, 1988; Formiga, 2002, versão portuguesa para investigação Duarte & Neves, 2012), que avalia os níveis de comportamentos antissociais e delinquentes e por fim o Índice de Reatividade Interpessoal (IRI) (Davis, 1980, Versão Portuguesa para a investigação por Machado & Machado, 2013), que avalia a empatia dos adolescentes. Constatou-se que o comportamento antissocial e delinquente dos adolescentes estão relacionados com a perceção da rejeição parental. Verificou-se que os adolescentes pertencentes a famílias não sinalizadas demonstram exercer mais comportamentos desviantes do que os adolescentes de famílias sinalizadas e que a perceção da rejeição parental é mais sentida pelos adolescentes pertencentes a este tipo de família. Averiguou-se que a empatia não se correlaciona com os comportamentos antissociais e delinquentes. No que respeita às diferenças relativamente ao sexo do adolescente verificou-se que os rapazes demonstram ter níveis mais elevados de comportamentos antissociais e delinquentes e sentem mais a rejeição parental do que as raparigas, por outro lado, no que respeita à empatia, as adolescentes do sexo feminino demonstram ser mais empáticas do que adolescentes do sexo masculino.

Palavras- Chave: perceção da aceitação-rejeição parental, comportamentos antissociais e delinquentes, famílias de risco, empatia

Abstract

This research project sought to understand the relationship between the perception of acceptance and rejection by the parents and the anti-social and delinquent behaviors of adolescents from risk families, understand the relationship between the deviant conduct and the type of family where teenager was inserted and understand if the empathy influences the anti-social and delinquent behavior's. The population of the study comprised 88 students aged between 12 and 18 years old. The assessment instruments used to collect the sample included a sociodemographic questionnaire, which allowed the knowledge of some basic personal information of young people and their families, the Interpersonal Acceptance- Rejection Theory Of Rohner (Rohner, 2005), which assessed levels of acceptance and rejection that teen experienced by the parents, the Antisocial and Delictive Behaviors Questionnaire (Seisdedos, 1988; Formiga, 2002) which assessed levels of antisocial and delinquent behaviors and finally the Interpersonal Reactivity Index (IRI) (Davis, 1980), which assessed the empathy of students. It was found the antisocial and delinquent behaviors relates to the perception of rejection by the parents. Teenagers from not flagged as a risk family show that they have more deviant behavior than teenagers from families risk and the perception of rejection by parents it's most felt in families not flagged as risk. It was found that Empathy isn't related with antisocial and delinquent behaviors. Sex differences were detected in the students. The boys had higher levels of antisocial and delinquent behaviors and higher levels of perception of rejection by the parents and the girls had higher levels of empathy.

Key- Words: Perception of acceptance- rejection by the parents, antisocial and delinquent behaviors, families risk, empathy

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice de Tabelas.....	vii
Índice de Figuras	viii
Lista de Abreviaturas	10
Introdução	1
Parte I- Enquadramento Teórico	4
Capítulo 1- Delinquência Juvenil.....	4
1.1. Fatores de Risco e Protetores Associados à Delinquência	9
Capítulo 2- Empatia	13
Capítulo 3 Família.....	16
Capítulo 4 Teoria Ecológica e Sistémica de Bronfenbrenner	20
Capítulo 5 Teoria Interpessoal da Aceitação- Rejeição Parental de Rohner (IPARTtheory)	22
Parte II Método	27
1. Objetivos do estudo.....	27
2. Problemas e hipóteses de investigação.....	28
3 Procedimentos	32
4. Instrumentos utilizados	33
4.1. Questionário Sociodemográfico:.....	33
4.2 Escala de Reatividade Interpessoal (Davis, 1980; Versão Portuguesa para a investigação por Machado & Machado, 2013)	33
4.3 Questionário da aceitação-rejeição parental- PARQ, (Rohner, 2005).....	34
4.4. Questionário de condutas antissociais e delitivas (Seisdedos, 1988; Formiga, 2002, versão portuguesa para investigação Duarte & Neves, 2012)	35
5 Amostra.....	35
6. Apresentação dos Resultados	37
7. Discussão dos Resultados.....	43
8. Conclusão.....	50
Bibliografia	52

Índice de Tabelas

Tabela 1- Análise de frequências do PARQ- Pai e do PARQ- Mãe de famílias sinalizadas.....	37
Tabela 2- Análise de frequências do CAD de famílias sinalizadas.....	38
Tabela 3- Análise de frequências do IRI de famílias sinalizadas.....	38
Tabela 4 Correlações entre o comportamento delinquente e antissocial de adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas e a percepção da aceitação-rejeição da parental.....	39
Tabela 5 Diferenças entre adolescentes de famílias sinalizadas e não sinalizadas relativamente aos comportamentos antissociais e delinquentes.....	40
Tabela 6 Correlações entre comportamentos antissociais e delinquentes e empatia de adolescentes de famílias sinalizadas.....	40
Tabela 7 Diferenças entre famílias sinalizadas e não sinalizadas relativamente à percepção da rejeição parental.....	41
Tabela 8 Diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino relativamente aos comportamentos antissociais e delinquentes.....	41
Tabela 9 Diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino relativamente à percepção da rejeição parental.....	42
Tabela 10 Diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino relativamente às escalas de empatia.....	42

Índice de Figuras

Ilustração 1- Dimensão do Carinho Parental (Rohner et al., 2012).....	25
---	----

Índice de Anexos

Anexo A- Requerimento à Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar

Anexo B- Requerimento à Coordenadora do Núcleo Local de Inserção de Gondomar

Anexo C- Consentimento informado dos pais

Anexo D- Consentimento informado dos adolescentes

Lista de Abreviaturas

GNR (Guarda Nacional Republicana)

PSP (Policia de Segurança Pública)

RASI (Relatório Anual de Segurança interna)

IPARTheory (Interpersonal Acceptance-Rejection Theory)

CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)

ECMIJ (Entidades com competência em matéria da infância e juventude)

TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária)

Introdução

A delinquência juvenil tem merecido a atenção de todos, mas em especial, e no domínio da investigação científica, de áreas como a Psicologia, a Sociologia e o Direito. Trata-se de um problema complexo, com maior visibilidade, devido à percepção generalizada de que o número de jovens transgressores tem vindo a aumentar e que estamos perante um problema social grave. Segundo Priuli e Moraes (2007), a delinquência é definida como todos os fatos qualificados como crime, praticados durante a infância e adolescência, que expressam a inadaptação do indivíduo à sociedade. Em alguns estudos, a delinquência juvenil considera-se como o resultado de problemas na vinculação social do jovem com instituições como a família, a escola, entre outras, sendo que o comportamento delinvente está associado ao maior ou menor controlo destas instituições (Carvalho & Gomide, 2005, Feijó & Assis, 2004).

Feijó e Assis, (2004) ao pesquisarem o núcleo familiar de jovens que cometeram atos delinquentes, constataram que na sua maioria, as famílias experimentam uma condição de pobreza e exclusão social. São famílias em que os pais se separaram e muitas das vezes abandonaram os seus filhos. Na sua maioria, possuem uma infraestrutura familiar prejudicada em termos financeiros, emocionais ou domiciliárias, nomeadamente, desemprego, nível baixo de escolaridade, violência física e psicológica e problemas de relações interpessoais e de comunicação.

Atualmente, a noção de risco na infância e na adolescência é constantemente referida, apesar de não ser clara, tanto no que se refere à sua origem, como ao seu conteúdo e contornos. Este conceito teve origem no contexto médico, mas ao longo do tempo tem-se vindo a impor noutros domínios nomeadamente social, psicológico, jurídico, entre outros, oferecendo uma visão cada vez mais ampla dos problemas que afetam as crianças e os jovens (Silva, 2009). O termo risco traduz uma relação implícita com algo não desejado, uma conduta ou situação que vê aumentada a sua probabilidade devido à presença de certos fatores, ditos eles próprios, de risco (Lemos et al., 2014).

No decorrer deste estudo, pretende-se averiguar e compreender mais acerca do comportamento de jovens inseridos em famílias de risco, sendo estas devidamente sinalizadas por instituições como a Santa Casa da Misericórdia e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Segundo a teoria ecológica de Bronfenbrenner (2001) considera-se que o desenvolvimento humano ocorre mediante conexões do indivíduo (pessoais, psicológicas e biológicas) e um contexto ambiental formado por um conjunto de sistemas. Deste mo-

do, a aquisição de competências no desenvolvimento emerge das conexões pessoa/sistemas ambientais, por meio do incremento de conhecimentos e habilidades que irão constituir capacidades para condução e direcionamento dos comportamentos dos indivíduos (Bronfenbrenner, 2001). No âmbito das disfunções do desenvolvimento situam-se os problemas emocionais, em especial os presentes na infância e na adolescência. Marinkovic e Backovic (2007), indicaram como fator de risco na adolescência a inserção numa situação de desajustamento familiar, falta de controlo paterno e nível socioeconómico baixo, ao lado de outros fatores, como a falta de habilidades sociais, e baixo autoconceito e autoestima.

A investigação realizada por Rohner, Khaleque e Cournoyer, (2008) tem vindo a demonstrar que as implicações da perceção de rejeição parental são universais. De acordo com a IPARTheory (Interpersonal Acceptance-Rejection Theory), independentemente da cultura, idade, género, etnia ou nível socioeconómico, a criança revela características afetivo-emocionais e comportamentais semelhantes perante a rejeição parental percebida (Rohner, 2008).

Uma vasta literatura mostra que a qualidade das relações interpessoais (especialmente com os pais, no caso das crianças) surge como o principal preditor do funcionamento e desenvolvimento psicossocial, tanto nos adultos como nas crianças (Rohner & Veneziano, 2001).

Deste modo, o presente estudo tem como intuito compreender as potenciais associações entre a perceção da rejeição parental e os níveis de comportamento delinquente de adolescentes pertencentes a famílias de risco. Pretende-se compreender melhor se o fato de pertencer a famílias de risco se relaciona com o comportamento antissocial e delinquente, assim como tentar perceber de que modo é que o nível de empatia dos adolescentes pode desempenhar um papel no tipo de comportamento dos mesmos.

Este trabalho está dividido em três partes, sendo que a primeira parte diz respeito ao seu enquadramento teórico, que está subdividido em cinco capítulos, estando o primeiro centrado na concetualização de delinquência juvenil bem como os seus fatores de risco e proteção. O segundo diz respeito ao conceito de empatia focando-se na sua relação com o contexto família. O terceiro capítulo refere-se á família como sendo o primeiro agente de socialização da criança tentando relacionar a funcionalidade familiar e a educação parental com o comportamento delinquente do adolescente. Os capítulos quatro e cinco referem-se á Teoria Ecológica de Bronfenbrenner e á IPARTheory de Rohner e á sua relação com o comportamento delinquente de adolescentes.

A segunda parte deste trabalho engloba o método, estando enunciados os objetivos, os problemas de investigação e as hipóteses que conduziram à planificação do presente trabalho. É também nesta parte que estão apresentados os procedimentos, a amostra e os instrumentos utilizados na realização do estudo empírico.

Na terceira e última parte deste trabalho são efetuadas a discussão e conclusão, sendo discutidas as implicações do mesmo, confrontando os resultados com a literatura consultada e analisando o contributo dado para o conhecimento científico. É também realizada uma análise crítica a todo o procedimento evidenciando os pontos fortes e valorativos desta dissertação, assim como as suas fragilidades e o que poderia ser melhorado.

Parte I- Enquadramento Teórico

Capítulo 1- Delinquência Juvenil

O estatuto das crianças tem sofrido grandes mudanças desde o século XVI e refletem as mudanças na sociedade, nomeadamente em termos económicos.

A partir do século XX, o papel das crianças na sociedade evoluiu para uma posição muito própria, distinta da dos adultos e com expectativas e normas igualmente distintas, sobretudo em termos de dependência económica dos pais e educação formal. Surgiu, então, um novo grupo de indivíduos que, enquanto já não eram crianças, também não eram considerados adultos (Konvalina, 2012).

O termo juvenil começou a ser utilizado quando as entidades legislativas pretendiam estabelecer a idade legal de um adulto, referindo-se, portanto, a qualquer indivíduo que esteja abaixo da maioridade legal (Abreu et al., 2010). A maior parte do comportamento criminoso juvenil que ocorre é detetado pelos tribunais, tem lugar durante a adolescência, pelo que os termos juvenil e adolescente se imiscuem necessariamente.

Sabe-se que a adolescência é um período de transição, durante o qual se faz a passagem da infância para a vida adulta, marcada por alterações biológicas, cognitivas, sociais e emocionais (Zappe, 2010; Silva, 2002, Milheiras, 2011; Pais, 2012). As alterações biológicas, para além de provocarem modificações corporais, proporcionam alterações a nível comportamental gerando sentimentos de insegurança e alterações de humor. Deste modo, as pressões sociais e psicológicas sentidas pelos adolescentes poderão despoletar tendências agressivas de conflito face á autoridade (Pais, 2012). As alterações cognitivas levam a que o pensamento se torne mais complexo e eficiente. No que se refere às mudanças emocionais, estas influenciam a forma como o adolescente se percebe, desenvolvendo o seu autoconceito e a sua independência, englobando assim a procura de identidade e conquista de autonomia (Steinberg, 200; Gomes, 2013).

Todas estas mudanças irão proporcionar um aumento na volubilidade de experiências de vida e nas contendas que os diferentes ambientes sociais (família, escola e grupo de pares) despoletam nos adolescentes (Veloso & Matos, 2008). Devido á complexidade dos contextos e das mudanças corporais, alguns adolescentes podem apresentar um desenvolvimento saudável enquanto outros podem apresentar problemas psicológicos e comportamentais. Vários autores alegam que esses problemas podem ser divididos em três grupos: abuso de substâncias, problemas de internalização (depressão e ansiedade) e problemas de externalização (problemas comportamentais), (Zappe & Di-

as, 2010; Milheiras, 2011). Entre os problemas de externalização mais comuns está a delinquência juvenil.

Na atualidade ainda não existe uma só definição de delinquência juvenil visto que se estende não só ao contexto legal mas também ao social. A delinquência juvenil é uma categoria muito abrangente de condutas ilegais, perpetradas por jovens abaixo da idade da imputabilidade legal. Este comportamento desviante engloba todos os comportamentos que usualmente atentam contra pessoas e bens (Cunha, 2014; Abreu et al., 2010). Segundo Negreiros, (2008), a delinquência pode ser definida através de critérios jurídico-penais, em que o delinquente é o indivíduo que praticou atos dos quais resultou numa sanção do tribunal. De uma forma geral, este conceito é legalmente definido como todo e qualquer ato que, se cometido por um adulto, seria considerado crime.

Segundo Carvalho, (2010) a delinquência juvenil diz respeito á violação de normas, dos valores socioculturais e jurídicos de uma determinada sociedade cometida por indivíduos que, devido a sua idade, são considerados inimputáveis perante a lei penal, ficando assim sob a legislação da infância e adolescência.

Gottfredson e Hirschi, (1990) defendem que o crime e comportamentos semelhantes são fonte de excitação e gratificação dos desejos e prazeres imediatos, requerendo poucas competências sociocognitivas. Deste modo, os comportamentos delinquentes parecem atrair os sujeitos com baixo autocontrolo, descritos pelo seu comportamento impulsivo e autocentrado, e simultaneamente insensíveis às necessidades e ao sofrimento dos outros (Gottfredson & Hirschi, 1990; Hirschi, 2004).

Segundo a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990) o autocontrolo é a fonte principal do comportamento delinquente. Contudo, os autores desta teoria defendem que a falta de autocontrolo não implica necessariamente a prática de comportamentos delinquentes, mas sim, que os sujeitos com baixo autocontrolo têm maior propensão para a prática transgressiva.

Ferreira (2000) apresenta na sua abordagem dois modelos que contribuem para a análise sociológica do desvio juvenil: o modelo do “controlo” e o da “subcultura”.

No que respeita ao modelo da subcultura, este sustenta que o desvio emerge do processo de aprendizagem ocorrido na relação com os outros, preferencialmente com aqueles que se apresentam mais significativos, como os pais, amigos e grupos de referência (Ferreira, 2000; Cunha, 2014). Este modelo subentende que as manifestações desviantes dos jovens traduzem-se nos comportamentos de oposição à autoridade e são levadas a cabo no circuito do grupo sustentado

Segundo o autor, o modelo de controlo social supõe que a concordância resulta dos laços que o indivíduo tem com os outros, designadamente, com as instituições sociais (Ferreira, 2000). As instituições como a família e a escola têm um papel predominante na vida dos jovens no período da adolescência, cabendo-lhes a responsabilidade de assegurar a sua conformidade. Assim sendo, o modelo do “controlo” sugere que o desvio atesta o fracasso da intervenção destas duas instituições. Esta teoria defende que a existência de laços sociais firmes pode apresentar-se como um fator extremamente útil no processo do controlo social que, conseqüentemente, previne o comportamento delinquente (Ferreira, 2000, Abreu et al., 2010). Deste modo, existe uma relação entre o nível de vinculação e a adesão dos jovens à conformidade, ou seja, este modelo admite que se os vínculos sociais forem intensos o jovem pondera as suas atitudes para que estas não suscitem qualquer tipo de reprovação por parte dos outros (Ferreira, 2000; Cunha, 2014).

Ao analisar casos de adolescentes que cometeram atos de delinquência podemos utilizar diferentes perspetivas de análise: a perspetiva estrutural, a perspetiva individual, e a perspetiva sociopsicológica (Shoemaker, 2000; Nardi, 2010).

A perspetiva estrutural incorpora as condições sociais e as dificuldades que um grupo ou organização têm em resolver os seus problemas comuns, enfatizando a Teoria da desorganização social. Essa teoria atribui aos fatores sociais a principal causa da delinquência, tendo em consideração os fatores pessoais e situacionais. Explica que os fatores sociais controlam a delinquência. À medida que estes fatores se tornam instáveis os jovens tornam-se os mais propensos a exercerem comportamentos delinquentes (Shoemaker, 2000; Nardi, 2010; Nardi & Dell’Aglia, 2010).

A perspetiva individual diz respeito a aspetos biológicos e psicológicos. Considera-se que os aspetos biológicos e as características de personalidade, podem predispor o indivíduo para a criminalidade. Considera-se a personalidade como fundamental para o entendimento da delinquência, visto que resulta da interação entre o meio e a genética individual, sendo a carência de sentimentos, a impulsividade, inabilidade de lidar com o outro e a ausência de culpa ou remorso, traços de personalidade característicos dos jovens infratores (Shoemaker, 2000, Nardi & Dell’Aglia, 2010).

Segundo Formiga & Gouveia, (2005), os adolescentes procuram obter prestígio que, na falta de recursos económicos e apoio social, é alcançado através de comportamentos de risco. Esses comportamentos são originados a partir da relação entre a sociedade, jovens e conflitos. O desenvolvimento destes comportamentos está intrinsecamen-

te ligado à presença de fatores sociais e emocionais, que aumentam a probabilidade do jovem desenvolver condutas de risco, a partir do contexto em que está inserido (Carvalho, 2010; Nardi, 2010, Formiga, 2004).

A perspectiva sociopsicológica refere-se à autoestima, às instituições de controlo social (família e escola), e à influência do grupo de pares (Shoemaker, 2000). Considera-se que o comportamento delinquente é praticado em conjunto e quando o jovem age sozinho, o seu comportamento está sobre grande influência de um grupo e pelo ambiente em que vive. Nardi e Dell’Aglia, (2010), consideram a delinquência como resultado da ausência de vinculação social com estas instituições. Neste nível é dado destaque à família pois ela é vista como a instituição capaz de exercer maior controle social (Silva et al, 2013). As relações estabelecidas na família terão implicações nas condutas sociais dos jovens e adultos. Deste modo, a família pode ser entendida como a responsável pela socialização primária e por isso torna-se um importante fator de risco ou de proteção para o comportamento delinquente, dependendo das suas características, da sua dinâmica e do seu tipo de funcionamento (Feijó & Assis, 2004; Schenker & Minayo, 2003; Silva et al, 2013).

Nos estudos realizados por Feijó e Assis (2004), nos quais Zappe e Dias (2010) se apoiaram, foi possível apurar que a maioria das famílias dos jovens que cometeram atos qualificados pela lei penal como crime, caracterizam-se pela violência física e psicológica, por problemas nas relações interpessoais, encontram-se em situação de pobreza e exclusão social, desamparadas socialmente e com baixo nível de escolarização e qualificação para o trabalho. Neste sentido, os autores frisam que estes jovens são considerados, não apenas como autores de violência, como também vítimas dela.

Por outro lado, a delinquência pode confundir-se com o comportamento antissocial, este refere-se a várias atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou comportamentos que violem as normas ou expectativas sociais (Negreiros, 2008). Considerar que um jovem apresenta condutas antissociais e delinquentes é fazer referência ao seu comportamento transgressivo. Segundo Formiga & Gouveia (2005), uma conduta antissocial refere-se à não conscientização das normas que devem ser respeitadas. Assim sendo, este tipo de conduta caracteriza-se pelo fato de o indivíduo incomodar mas sem causar, necessariamente, danos físicos às outras pessoas.

Em Portugal qualquer infração cometida por indivíduos de idade inferior a 16 ano, a criança ou jovem, é considerada como inimputável, isto é, não pode ser submetida a julgamento criminal que leve à execução de uma pena de prisão, sendo conduzida a

instituições educativas ou medidas de proteção (Carvalho, 2010). Assim só a partir dos 16 anos é que um jovem é responsabilizado pelos seus atos perante a lei penal.

Os pressupostos para a aplicação de medidas tutelares educativas (definidas na Lei Tutelar Educativa – LTE) são a prova de prática, por menor entre os 12 e os 16 anos, de um facto qualificado pela lei como crime; a necessidade de educação do menor para o direito, subsistente no momento da decisão; não ter o menor completado 18 anos até à data da decisão e não ter sido aplicada pena de prisão efetiva, em processo penal, por crime praticado por menor com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos (Santos, 2004; Diário da República, 2009).

Segundo os dados estatísticos divulgados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), no ano de 2014, foram registadas pela Policia de Segurança Pública (PSP) e pela Guarda Nacional Republicana (GNR) um total de 6348 ocorrências de criminalidade grupal o que representa uma queda de 2,5% , menos 165 ocorrências do que no ano de 2013. Relativamente á delinquência juvenil, os dados relativos a 2014 apresenta também um acréscimo relativamente ao ano anterior, sendo registados pela PSP e GNR um total de 2393 casos representando uma aumento de 23,4% mais de 453 ocorrências. (RASI, 2014)

1.1. Fatores de Risco e Protetores Associados à Delinquência

O conhecimento e reconhecimento dos fatores de risco associados à delinquência, está na base do diagnóstico precoce, assim como da prevenção da delinquência, do tratamento dos sujeitos, e do ajustamento das estratégias de intervenção de cariz educativo (Hovfandera et al., 2011; Wasserman et al., 2004).

De acordo com diferentes estudos, o problema da delinquência está associado a diferenças individuais, estabelecidas no início da vida (Schilling et al, 2010). Vários autores afirmam que existem três fatores de risco que podem despoletar o comportamento delinvente no jovem, sendo eles, fatores individuais, sociais e familiares (Carvalho, 2011).

Relativamente aos fatores individuais, e segundo González (2003), jovens que transgridem a lei são vistos como pessoas que não internalizam normas e desafiam os limites socialmente aceites, manifestando um sentimento deficitário de empatia pelo próximo e ausência de culpa. Da mesma forma, de acordo com Farrington et al. (2006), os jovens que apresentam uma maior eficácia de autorregulação tendem a ser mais capazes em lidar com situações stressantes, desempenhar atividades que desenvolvem competências, ter maior capacidade de ouvir eficazmente e de aguentar as pressões dos colegas para participar em atividades desviantes. Ainda dentro dos fatores individuais, podemos referir que os problemas ou dificuldades de concentração, ansiedade, hiperatividade, impulsividade e comportamentos agressivos podem ser fatores desencadeantes de comportamento desviantes (Moreira, 2013). Segundo vários estudos longitudinais, os homens apresentam maior probabilidade de cometerem atos delinquentes do que as mulheres, cometendo um maior número de crimes caracterizados como sendo mais violentos (Alich, 2011; Gomes, R., 2013).

No que respeita aos fatores de risco sociais pode-se considerar como principais fatores desencadeantes de comportamentos delinquentes o baixo nível socioeconómico, carência de apoio social, habitar em zonas pobres e densamente povoadas, abandono escolar, consumo de drogas e o grupo de pares, bem como qualquer forma de violência seja na família, escola ou comunidade (Zappe, 2010; Alich, 2011, Pais, 2013; Nardi & Dell'Áglio, 2010; Assis et al, 2006). A pobreza é considerada como uma ameaça que aumenta a vulnerabilidade da criança pois pode causar subnutrição, privação social e desvantagem educacional. Deste modo, crescer na pobreza consiste numa ameaça ao bem-estar da criança e numa limitação das suas oportunidades de desenvolvimento

(Gomes, 2013; Moreira, 2013). O fato de morar em zonas pobres, desorganizadas com disponibilidade a drogas e armas é um fator facilitador do comportamento delinquente (Assis et al, 2006).

Ao cometer atos delinquentes, que não sejam tolerados socialmente, o jovem, demonstra tendência em juntar-se a outros jovens que tenham o mesmo tipo de comportamento (Murray & Farrington, 2010). A associação a este tipo de grupo desviante onde predominam comportamentos ilícitos como furtos, roubos, consumo e tráfico de drogas restringe a possibilidade de novas amizades e de novos contatos interpessoais (Gomes, 2013; Murray & Farrington, 2010; Gonçalves, 2008). A motivação e o desejo de bens materiais, de prestígio social, da procura de excitação e da inserção em “gangues” produzem no jovem a necessidade de concretizar este tipo de atos desviantes.

Relativamente ao abandono escolar, este pode gerar dificuldades a nível do desenvolvimento cognitivo. O fraco rendimento académico, dificuldades de adaptação escolar, más relações com os membros da comunidade escolar, absentismo escolar, falta de organização escolar e ausência de atividades extracurriculares que permitam a ocupação de tempos livres, ou a fraca atratividade dos conteúdos também são fatores que poderão impulsionar o desinteresse dos jovens pela escola (Gallo & Williams, 2008).

A saída precoce da escola faz com que se torne difícil para o jovem ingressar no mundo do trabalho contribuindo para o desemprego do mesmo. Deste modo, a probabilidade do jovem entrar no mundo das atividades ilícitas como tráfico ou roubo de forma a garantir bons rendimentos financeiros, é muito superior (Zappe, 2010; Silva et al., 2006).

Num estudo realizado por Machado e colegas (2008) verificou-se que, os rapazes com falta de controlo apresentam menor probabilidade de se envolverem no crime se não abandonarem a escola mas pelo contrário, mentir com frequência, as faltas excessivas á escola sem justificação e ter amigos delinquentes predizem a violência no adulto. O comportamento agressivo pode levar a dificuldades na sala de aula ou indisciplina, que é constituída por atitudes e comportamentos que impedem e dificultam a aprendizagem, dificuldades estas que podem resultar em avaliações desfavoráveis por parte dos professores resultando em comportamentos desviantes dentro e fora da escola e com as autoridades educativas (Silva et al., 2008; Gallo & Williams, 2008).

A família como primeiro agente socializador desempenha um papel crucial na educação da criança, sendo responsável pelo desenvolvimento moral da mesma. Fatores como o desemprego, habitação precária, baixo nível socioeconómico, problemas conju-

gais, negligência, entre outros, são um forte fator de risco na delinquência (Serapioni, 2005).

As condições de vida familiares, as relações pais-adolescentes, a vinculação e as coerções entre os pais -filhos são os principais componentes familiares (Fonseca, 2002). Numa família disfuncional poderão existir lacunas nos processos de socialização e interiorização de normas, o que significa que as normas destas famílias, frequentemente, contrariam as normas sociais, podendo promover desta forma condutas ilícitas como roubos, furtos, consumos, tráfico e até maus tratos/violência doméstica (Harmon, 2010).

A fraca supervisão parental ou estilos educativos demasiado severos e punitivos podem contribuir também para a conduta delinvente, bem como a negligência caracterizada pela falta de cuidados aos quais envolvem o fornecimento de estímulos e vínculos emocionais necessários para um bom desenvolvimento (Pereira, 2007; Païga, 2012).

A criminalidade parental, maus tratos na infância, práticas parentais ineficazes marcadas por baixa expressão de afetividade, conflitos familiares, famílias numerosas, roturas familiares como divórcio, separação, morte de parentes ou institucionalização, representam um forte preditor para a delinquência (Païga, 2012; Harmon, 2010).

Os resultados da pesquisa sobre o tamanho da família, em geral, revelam que jovens provenientes de famílias numerosas têm mais tendência para a delinquência (Hove et al., 2008). Os mesmos autores explicaram que os pais de famílias numerosas tendem a ter mais dificuldade em disciplinar e supervisionar os seus filhos do que os pais com famílias menores, sendo que em alguns casos os pais delegam aos irmãos mais velhos a supervisão dos mais novos, os quais, podem não estar preparados para executar essa tarefa. Segundo Howell, (2009), as famílias numerosas são frequentemente mais expostas à pobreza e à superlotação.

No que se refere a crianças que não convivem com o pai, Gardner e colegas (2008), demonstram que essas têm dificuldades de reconhecer limites e de aprender regras de convivência social sendo que famílias constituídas apenas pela mãe têm menos recursos económicos e menores recursos para controlar as atividades dos filhos (as cited in Jacobson et al., 2008).

Nem todos os adolescentes expostos a fatores de risco apresentam vulnerabilidades e problemas de desenvolvimento. Vários autores defendem que estes indivíduos desenvolvem uma capacidade em lidar com situações adversas em determinados contextos (Assis et al., 2006; Cecconello, 1999). A capacidade de resiliência está relacionada com os fatores de proteção presente no contexto de cada indivíduo tais com a supervisão

familiar, bom relacionamento social, elevada autoestima e apoio social (Assis et al., 2006; Mota & Matos., 2008).

Segundo Assis et al., (2006) foram identificados três grupos de fatores de proteção, sendo estes atributos pessoais como a autoestima, autonomia e orientação social positiva; a coesão familiar, caracterizada pela ausência de conflitos, comunicação e afeto; e por último, o ambiente familiar funcional, onde se privilegiam as boas relações, com expressão de afeto, bem como a convivência com grupo de pares normativos e envolvimento e participação pró social na escola e na comunidade.

Várias investigações têm demonstrado que a escola pode ser um bom fator de proteção, na medida em que a frequência escolar pode reduzir a conduta delincente e que é importante acolher estes adolescentes ao invés de expulsá-los (Gallo & Williams, 2008).

A qualidade das relações familiares e dos laços afetivos são fundamentais para o desenvolvimento saudável do jovem, no entanto isso nem sempre se verifica, ainda assim, existem outras figuras que poderão estabelecer laços afetivos com estes jovens dando resposta as necessidades individuais, sociais e afetivas (Paiga, 2012). Podemos assim destacar os professores, os funcionários da escola, os pares e no caso de jovens institucionalizados os auxiliares, cuidadores e monitores (Mota & Matos, 2008; Pais, 2012). Deste modo é necessário incentivar a comunidade escolar a não desistir destes jovens mas sim apoiá-los e estimulá-los para novas aprendizagens e para um desenvolvimento normativo.

Capítulo 2- Empatia

A empatia tem sido alvo de interesse de várias áreas do conhecimento, evidenciando a importância dessa habilidade social para a psicoterapia, para o desenvolvimento de habilidades sociocognitivas e afetivas e para a vida em sociedade (Sampaio et al., 2009). O termo empatia deriva da palavra grega *empathia*, que significa paixão ou ser muito afetado (Sampaio et al., 2009). No que diz respeito à Psicologia o primeiro autor a traduzir o termo *Einfühlung* por *empathy* foi Titchener, em 1909, referindo-a como a capacidade de conhecer a consciência de outra pessoa e de raciocinar de forma análoga a ela através de um processo de imitação interna, sendo que por meio dessa capacidade, as pessoas poderiam se compreender umas às outras (Conceição e Martinelli, 2014; Formiga, 2012).

Carl Rogers foi o primeiro psicólogo a gravar sessões sobre a psicoterapia envolvendo a empatia (Conceição e Martinelli, 2014; Sampaio et al., 2009). Segundo Rogers, (1997) o estado de empatia ou de compreensão empática consiste em perceber o marco de referência interno do outro com os seus significados e componentes emocionais, como se fosse a outra pessoa. Deste modo, a empatia consiste em compartilhar uma emoção percebida de outra pessoa sentindo a mesma emoção que ela (as cited in Remédios, 2010).

A empatia foi durante muito tempo vista como uma habilidade focada, apenas, no aspeto afetivo-cognitivo, no entanto, nos dias atuais há um consenso de que a empatia envolve três componentes, o cognitivo, o afetivo e o comportamental (Del Prette e Del Prette, 2005, Veiga & Santos, 2011). O componente cognitivo constitui a capacidade de inferir os sentimentos e pensamentos do outro, sem necessariamente experimentar os mesmos, ou seja, é a capacidade de compreender a situação a partir da perspectiva do outro (Falcone et al., 2008). O afetivo refere-se à capacidade de compartilhar emoções. O comportamental remete para a expressão empática, em que o indivíduo manifesta a sua compreensão acerca da situação vivenciada pela outra pessoa o que pode ser feito por meio de comunicação verbal ou não-verbal (Falcone et al., 2008). Mas para isso, é necessário que o indivíduo desenvolva a consciência de que existe um outro e que este possui pensamentos e sentimentos diferentes dos seus (Tassinari & Durange, 2014).

Sabe-se que a empatia é algo que é apreendido durante a infância, a partir do segundo ano de vida, a criança começa a conscientizar-se de que o outro também tem estados internos próprios diferentes dos seus (Justo et al., 2014). É também durante

este segundo ano que as divergências a nível da empatia e obediência às ordens dos pais começam a ocorrer (Mota & Matos, 2010).

Verifica-se que a constituição do vínculo afetivo na relação pais-filho influencia o desenvolvimento emocional das crianças (Veiga & Santos, 2011; Mota & Matos, 2010). Deste modo, destacam-se as variáveis comportamento dos pais, as suas expressões emocionais e atitudes direcionadas ao filho como importantes para que haja um desenvolvimento adequado da empatia (Hastings et al., 2000; Falcone et al., 2008).

O comportamento altruísta e pró-social têm por base a empatia, a falta desta, pode comprometer seriamente o comportamento altruísta, desencadeando comportamentos desajustados. Para que isso não aconteça, torna-se necessário que os pais adotem práticas educacionais consistentes, evitando quaisquer comportamentos prejudiciais ao outro, minimizando assim a probabilidade dos filhos se virem a tornar delinquentes (Morais, 2006; Tassinari & Durange, 2014). Se a relação pais-filho for segura, a empatia será aos poucos introduzida e a criança poderá explorar os seus limites.

O desenvolvimento da empatia é considerado por alguns autores como expressividade emocional, estando associada à capacidade de experienciar e expressar tanto emoções positivas como negativas (Machado et al, 2008; Rodrigues & Silva, 2012). Crianças que experienciam emoções como medo, fraqueza, tristeza e felicidade, que reconhecem e aceitam os seus sentimentos e que conseguem gerir a sua própria raiva durante as interações sociais tendem a ser mais empáticas. O desenvolvimento da empatia necessita, primeiramente, das condições de socialização da criança no contexto família (Cia et al, 2009). A partir das experiências afetivas com os pais e irmãos, as crianças aprendem a lidar com os seus sentimentos e expressá-los. O apoio dos pais, diante das emoções negativas dos filhos, é um fator facilitador da regulação emocional e do reconhecimento das emoções do outro em diferentes contextos (Gomes, 2013; Morais, 2010).

A empatia no relacionamento com os pares e adultos é um aspeto que contribui para competência social e transição ecológica da criança. Uma criança socialmente competente é capaz de ser sensível e empática com os seus pares, de se envolver em atividades sociais positivas, formar relações de amizade e adaptar-se em situações de stress (Carvalho, 2012). Vários autores demonstram que a habilidade para regular emoções e expressá-las pode funcionar como um fator de proteção para a criança resultando da promoção de competências sociais através da formação de vínculos de amizade. (Robert & Strayer, 1996; Justo et al., 2014).

Estudos revelam que jovens afetuosos, empáticos, com maior auto estima e autocontrole e com uma forte retaguarda familiar e social, apesar de possuírem um risco de desenvolver condutas delinquentes, verifica-se que apresentam uma menor incidência desse género de comportamento, devido à presença dos fatores de proteção supracitados (Carvalho, 2011).

Estudos empíricos mostram que indivíduos do sexo masculino apresentam maior índice de comportamentos antissociais e/ou delinquentes, enquanto os do sexo feminino manifestam maior frequência de comportamentos empáticos, argumentando que os níveis de empatia são mais expressivos em mulheres do que em homens (Del Prette & Del Prette, 2005; Lisboa & Koller, 2001, Zappe, 2010). Estas diferenças podem ser explicadas pelo estilo parental apresentado pelos pais ao longo do ciclo vital dos sujeitos (Zappe, 2010).

Capítulo 3 Família

Nos últimos anos a estrutura familiar bem como as suas funções têm sofrido algumas mudanças. À medida que o individualismo e autonomia conquistam o seu lugar no âmbito familiar, a figura paterna deixa de ser detentora da soberania (Roudinesco, 2003). Deste modo os casamentos arranjados e a relação conjugal entre o homem e mulher não resultam da vontade dos pais mas da escolha livre dos filhos.

Os novos arranjos familiares trazem consigo novas relações e novos processos de adaptação, surgindo diversos modelos familiares, aumentando o número de divórcios e de recasamentos (Serapioni, 2005, Silva, 2012).

Para Fonseca (2002) a importância da família para o desenvolvimento equilibrado de qualquer criança ou jovem é inquestionável. A família deve ser vista como um meio acolhedor, um meio capaz de garantir segurança e proteção. A ausência desta ou até mesmo, a pertença a uma família desequilibrada põe em causa o desenvolvimento da criança podendo potencializar o aparecimento de condutas delinquentes (Fonseca, 2002; Silva, 2012).

Conscientes do papel importante da família no desenvolvimento adequado das crianças e adolescentes e na sua integração na sociedade, assim como na prevenção da delinquência, na generalidade os investigadores da área consideram que o mau funcionamento familiar é uma das principais causas dos distúrbios de comportamento (Silva, 2012; Garcês e Batista, 2001; Fonseca, 2012). Por outras palavras, não há crianças em risco sem famílias em risco.

Quando se aborda o tema famílias de risco, faz-se referência a famílias, que pelas suas capacidades pessoais e/ou sociais de instabilidade, disfuncionalidade e falta de segurança, apresentam maiores possibilidades de a criança a seu cargo não receber os cuidados físicos e psíquicos adequados (Pires, 2001).

Desta vulnerabilidade familiar resultam as práticas parentais, na sua maioria desajustadas, as quais têm vindo a ser analisadas no sentido de tentar perceber o que as motiva, como se caracterizam e quais as suas implicações na relação entre pais e filhos (Nunes, 2013; Reis, 2009).

Em Portugal, de acordo com a Lei de Proteção, a proteção das crianças e jovens deve estar sujeita a uma atuação ordenada e que a mesma deve ser feita sucessivamente pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e juventude (ECMIJ), seguindo-se num segundo nível a atuação das comissões de proteção e, em última instância os tribunais (Reis, 2009; Diário da República, 2003). Quando a criança ou jovem se

encontra em situação de risco a intervenção deve ser feita pelas ECMIJ, nomeadamente, IPSS, escolas, infantários, centros de acolhimento, entre outros. Estas entidades têm como fins dar apoio educativo, social e proteger as crianças e os jovens. São habilitadas com técnicos da área de serviço social, da educação e de psicologia que têm competências para avaliar as situações das crianças ou dos jovens que frequentam os seus serviços para que em conjunto com as suas famílias organizem um plano de trabalho como objetivo de controlar as situações de risco (Reis, 2009).

As famílias de risco são muitas vezes denotadas como encontrando-se economicamente mais vulneráveis, pelo que apresentam poucas competências parentais (Martin et al., 2004). As competências parentais passam pela satisfação das necessidades básicas da criança, como a alimentação, higiene, carinho/aceitação, segurança dentro e fora de casa, estimulação, estabelecimento de regras e limites, e supervisão (Bersogli & Assunção, 2013; Harmon, 2010). As competências parentais menos sofisticadas estão relacionadas com afastamento dos filhos podendo desenvolver perturbações do comportamento durante a adolescência (Reis, 2009).

Pode-se assim considerar que um dos fatores diretamente relacionados com esta problemática refere-se ao fato de se tratar de famílias que apresentam demasiadas dificuldades económicas, e de outros níveis também, o que condiciona as oportunidades de ter um funcionamento mais ajustado (Nunes, 2013; Reis, 2009). Contudo, o fator económico, por si só, não condiciona o desempenho das funções parentais. A exposição a fontes de stress como o desemprego, o isolamento social, famílias monoparentais ou numerosas, maus tratos familiares, entre outros, aliadas à disfunção parental e dificuldades a nível social dificulta a prática parental (Martin et al., 2004). A presença deste tipo de condições juntamente com as características pessoais como o baixo nível de instrução, impulsividade, falta de autocontrolo, baixa autoestima, entre outras, podem desencadear práticas parentais desajustadas, dando origem a famílias que se encontram em risco (Martin et al., 2004; Reis, 2009).

Tendo como principais componentes familiares: as condições de vida familiares, as relações pais-filho e o tipo de educação parental, Fonseca, (2002), afirma que existem três formas pelas quais as famílias podem contribuir para a delinquência, sendo por transmissão genética, pela sujeição a certos contextos e por práticas educativas desajustadas.

Na que respeita à delinquência juvenil os fatores estruturais e funcionais da família são os fatores mais importantes a serem analisados. Os fatores estruturais estão

relacionados com o nível socioeconômico da família, com o número de irmãos, condições de residência, entre outros. Enquanto os fatores funcionais dizem respeito às competências educativas dos pais, à disciplina e ao vínculo entre pais e filhos. Deste modo o comportamento delinquente pode ser provocado pela existência da negligência, falta de supervisão e conflitos conjugais (Monteiro et al, 2013; Pereira, 2007).

É comum a existência de uma família destruída uma vez que, para que isso ocorra basta a morte de um elemento da família, o divórcio, hospitalização, entre outros. Apesar de que apenas seja necessário que um dos progenitores esteja ausente, para ser uma família destruída, o comportamento delinquente vai depender do tipo de relacionamento que o adolescente mantinha com os pais antes da mudança (Nardi, 2010; Serapioni, 2005)

Segundo Magalhães, (2010) as famílias destruídas constituem um fator de risco para o comportamento delinquente uma vez que a presença de adolescentes em regime penal é maior em famílias monoparentais.

De acordo com alguns estudos realizados verifica-se que os rapazes são os que pior se adaptam à ausência da progenitora e as raparigas à ausência do pai. Mesmo em famílias reconstituídas as raparigas reagem negativamente à presença de uma mãe substitua enquanto os rapazes reagem negativamente à presença de um pai substituto (Kuhn & Agra, 2010, Carvalho, 2012).

Ao longo do tempo tem-se verificado um número acrescido de casos de divórcio. Quando as famílias são constituídas apenas por um progenitor a supervisão tende a ser menor, por esse mesmo motivo, o adolescente demonstra tendência em procurar orientação junto de terceiros, nomeadamente junto do grupo de pares. Verifica-se que principalmente os rapazes praticam atos desviantes sob uma fraca supervisão, sendo que são os que mais sofrem com a ausência de uma figura paterna (Pereira, 2007, Magalhães, 2010).

As dinâmicas familiares têm um papel fundamental no estudo da delinquência juvenil uma vez que um mau funcionamento familiar poderá estar na origem de um comportamento delinquente (Pereira, 2007).

Se existir um forte vínculo entre pais e filhos, se existir uma relação conjugal positiva, se os modelos educacionais forem adequados e se houver investimento por parte dos pais nos filhos a vinculação entre o adolescente e os pais será facilitada do mesmo modo que a comunicação será mais saudável e assim será mais fácil para ao

adolescente compreender e aceitar a perspectiva e as regras impostas pelos pais (Alarcão, 2006).

A transmissão de valores está a cargo dos progenitores, uma vez que através de vínculos a criança irá saber quem e o quê valorizar. Sendo assim, se a criança estiver exposta a comportamentos egoístas, violentos e desviantes é provável que comece a aprender a valorizar estes comportamentos como forma de imitação (Gomes, 2013).

Segundo Mota e Matos, (2010) o desenvolvimento do autocontrolo da criança deve ser conduzida através da disciplina, uma vez que a família está encarregue da supervisão, punição e educação. Caso esta conduta seja desviante e marcada pelo baixo autocontrolo é provável que o adolescente venha a desenvolver comportamentos semelhantes.

Pode-se afirmar que a distinção entre famílias com jovens delinquentes e famílias com jovens com comportamento normativo deve-se ao fato de existir desvantagens afetivas, económicas, estruturais e principalmente fraca supervisão parental.

Capítulo 4 Teoria Ecológica e Sistêmica de Bronfenbrenner

Vários estudos sobre comportamentos delinquentes têm vindo a demonstrar a forma como as crianças se ajustam a uma ampla variedade de sistemas sociais que vão desde a família ao grupo de pares até à comunidade e à cultura. Deste modo, torna-se necessário estudar as interligações de cada um destes fatores por forma a tornar possível o reconhecimento da importância destes na análise da delinquência juvenil (Monteiro et al., 2013).

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano é um modelo que privilegia o estudo contextual do desenvolvimento nos contextos interligados. Assim sendo, o desenvolvimento do adolescente é percebido através das conexões de quatro núcleos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner, 2001).

A componente da pessoa engloba o psicológico, o biológico e as características comportamentais do indivíduo. O processo refere-se à interação do adolescente com outros indivíduos e como o adolescente interpreta o seu ambiente, através dos papéis, atividades diárias e inter-relações (Cavalcante & Silva, 2010). A componente do contexto inclui cinco contextos em que o desenvolvimento e a interação entre pessoas e processos ocorrem: o microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e o cronossistema (Monteiro et al, 2013; González et al., 2013; Gomes, 2013).

O microssistema representa padrões de relação, papéis sociais e interações interpessoais, inclui a família, colegas e escola. O mesossistema inclui as ligações compreendidas entre os microssistemas, ou seja, as relações da família em casa, com a escola, com a vizinhança, na vida social, entre outras. O exossistema refere-se às configurações que o adolescente não participa ativamente mas que é afetado por elas, destacando-se o trabalho, a rede social de apoio e a comunidade. O macrossistema abrange o padrão global da ideologia (crenças, valores, práticas culturais) e de organizações das instituições sociais comuns a uma determinada cultura. Por último, o cronossistema permite analisar o comportamento e variação dos indivíduos e contextos ao longo do tempo (González et al., 2013; Monteiro et al., 2013).

Segundo Bronfenbrenner. (2001), a aquisição de competências no desenvolvimento do adolescente resulta das conexões pessoa/ sistemas através do conhecimento e habilidades que irão constituir capacidades para a condução do comportamento de cada um. Essa aquisição também emerge das conexões ambientais e do seu impacto sobre fatores que afetam o crescimento psicológico e as disfunções do desenvolvimento, co-

mo dificuldades em manter o controlo (Bronfenbrenner, 2001; Cavalcante & Silva, 2010).

Relativamente às disfunções do desenvolvimento situam-se problemas emocionais presentes durante a infância e a adolescência. Durante a adolescência essas disfunções têm sido associadas a vulnerabilidades. Segundo González et al., (2013), as adversidades são variáveis dos diferentes sistemas, individuais e ambientais/ contextuais.

Dentro das variáveis ambientais o microsistema família destaca-se como o locus fundamental do desenvolvimento da criança e do adolescente. Desse modo, Linhares et al., (2011) indicaram com fator de risco na adolescência a inserção numa situação familiar disfuncional, bem como o baixo nível socioeconómico, desemprego e falta de habilidades sociais.

Segundo Sanni e colaboradores, (2010), a família é uma vasta rede de interações e de trocas dinâmicas de modo a que o comportamento de cada um dos elementos está ligada ao comportamento dos restantes, ou seja, os comportamentos obedecem a uma interação de influências mútuas, sendo que o comportamento de cada um dos elementos deste sistema é causa e efeito do comportamento de outro.

O estudo de adolescentes delinquentes permitiu distinguir o estilo comunicacional das famílias sendo verificado que ambos os progenitores transmitiam mensagens incongruentes e paradoxais dificultando a sua mentalização (Keijsers et al., (2012).

Segundo Alarcão, (2006), os sistemas familiares durante o seu percurso evolutivo, apresentam duas necessidades, a mudança e adaptação face a períodos de crise como desemprego, divórcio, morte de um dos progenitores, e necessitam de manter um padrão de relações estáveis. Uma mudança no funcionamento familiar respeita um processo cujas consequências são imprevisíveis surgindo a crise familiar. Perante esses períodos de crise torna-se necessário que a família encontre o equilíbrio pois uma tentativa mal sucedida pode resultar em disfuncionamento familiar (Sampaio & Gameiro; Alarcão, 2006).

Estudos realizados por Linhares et al., (2011) demonstram que o desajustamento familiar, falta de controlo paterno e baixo nível socioeconómico está associado a problemas psicológicos e comportamentais na infância e adolescência

Capítulo 5 Teoria Interpessoal da Aceitação- Rejeição Parental de Rohner (IPARTtheory)

Desde os finais do século XIX têm-se vindo a realizar vários estudos sobre a perceção da aceitação- rejeição parental e as suas implicações no ajustamento psicológico da criança, do adolescente e do adulto (Rohner & Khaleque, 2008).

Várias dimensões têm vindo a ser consideradas para o aprofundamento do processo do ajustamento pessoal da criança, tais como a aceitação, controlo afetivo, afetividade, práticas educativas e práticas parentais (Oliveira, 2012).

Segundo a teoria interpessoal da aceitação-rejeição parental (IPARTheory), todas as crianças, de todas as partes do mundo, necessitam de respostas positivas por parte de figuras significativas (Rohner et al., 2008; Rohner et al., 2012). Quando essas necessidades não satisfeitas, as crianças, tendem a reportar diferentes tipos de atitudes e comportamentos problemáticos (Pires, 2010, Correia, 2010). Podendo a criança desenvolver hostilidade, agressividade, dependência ou independência defensiva, baixa autoestima, instabilidade emocional e uma visão negativa do mundo (Rohner et al., 2008). Deste modo, adolescentes e adultos que se percecionam como rejeitados parecem revelar mais ansiedade e insegurança, e maior risco de apresentarem problemas de comportamento.

A IPARTheory constitui-se como uma teoria de socialização que tem como objetivo prever e explicar os antecedentes e as consequências correlacionados com a aceitação-rejeição parental. É uma teoria que tenta responder a três tipos de questões através de subteorias, nomeadamente a *Personality Subtheory* (Subteoria da Personalidade), *Coping Subtheory* (Subteoria do Coping) e *Sociocultural Systems Subtheory* (Subteoria dos sistemas socioculturais (Rohner & Khaleque, 2008; Rohner et al., 2008; Correia, 2010; Gonçalves, 2013).

Relativamente á personalidade, a IPARTheory pretendeu compreender se as dimensões relacionadas com as diferenças étnicas, socioculturais e de género teriam influência na perceção da aceitação-rejeição parental e quais seriam os efeitos da rejeição durante a infância no jovem e no adulto (Rohner et al., 2008; Gonçalves, 2013). Esta teoria assume que, o ser humano desenvolveu uma necessidade emocional de carácter biológico, a partir do qual procura obter respostas positivas por parte das pessoas significativas (Rohner et al., 2008; Rohner & Khaleque, 2002). Resumindo, esta subteoria postula que sete disposições da personalidade, das crianças, adolescentes e dos adultos, tendem a variar consoante a experiência de aceitação- rejeição parental durante a infância, nomeadamente, (i) hostilidade, agressividade ativa e passiva ou controlo da hostili-

dade ou da agressividade; (ii) Dependências ou independência defensiva; (iii) Autoestima; (iv) Auto adequação; (v) Responsividade Emocional; (vi) Estabilidade emocional e (vii) Visão do mundo.

Quanto às estratégias de coping, procura-se perceber como se desenvolve a resiliência no adulto com experiências de rejeição durante a infância. Esta perspectiva centra-se em três grandes grupos de variáveis: o self, o outro e o contexto (Rohner & Khaleque, 2002). As características do self incluem representações pessoais além de outras características internas e externas. As características do “outro” incluem especificidades interpessoais e pessoais dos progenitores além da frequência, duração e severidade da rejeição. O contexto refere-se a outras pessoas significativas na vida do sujeito, bem como as características socioculturais do contexto de vida do mesmo (Pires, 2010). Esta subteoria espera que a capacidade de reagir à rejeição seja mediada pelo grau de diferenciação do self, deste modo, este aspeto relaciona-se positivamente com o grau de auto determinação sustentado pela crença do auto controlo pessoal dos acontecimentos. A auto determinação funcionará como um recurso psicológico para a minimização de algumas consequências negativas ou danos resultantes da rejeição percebida (Pires, 2010; Correia, 2010). Tendo em conta as características predominantes dos resilientes, os adultos rejeitados durante a infância poderão ajustar-se emocionalmente, ultrapassando o sofrimento da rejeição parental (Rohner & Khaleque, 2008).

A nível sociocultural, a IPARTheory tem vindo a tentar perceber os processos subjacentes às variáveis da parentalidade (afetuosidade vs. agressividade, negligência, rejeição), atendendo aos fatores psicológicos, familiares, comunitários e sociais, tentando compreender como as crenças e os comportamentos individuais estão relacionados com o contexto social (Oliveira, 2012; Gonçalves, 2013; Rohner et al., 2012). Questões acerca de como e porquê, os progenitores tendem a ser mais amorosos e calorosos e apenas uma pequena parte tendem a demonstrar características de rejeição conduzem á investigação dos fatores responsáveis por estas diferenças sociais (Rohner et al., 2012; Rohner & Kahaleque, 2002).

Os principais fatores são as condições que promovem o colapso das relações emocionais primárias e o suporte social. Progenitores solteiros em isolamento social, sem suporte social e emocional, economicamente carenciados, parecem estar num maior risco relacional com os filhos (Rohner et al., 2012). Embora a pobreza, por si só, não esteja necessariamente associada a aumento da rejeição, a sua associação a outras condições de vulnerabilidades social e emocional coloca em risco a criança.

A aceitação- rejeição parental formam a dimensão da afetuosidade parental na qual todos os humanos estão enquadrados uma vez que todos experienciam na infância amor por parte dos pais. Esta dimensão encontra-se relacionada com a qualidade dos laços afetivos entre os progenitores e a criança e com os comportamentos físicos, verbais e simbólicos que os cuidadores utilizam para expressar o que sentem (Rohner & Kahaleque, 2002; Rohner et al., 2012;Correia, 2010). Um dos extremos desta dimensão é a aceitação parental, que se refere ao amor, afeição, carinho, conforto, preocupação, educação e suporte. O outro extremo é marcado pela rejeição parental que se refere à ausência dos sentimentos referidos anteriormente. (Oliveira, 2012; Correia, 2010; Gonçalves, 2013).

A rejeição parental pode ser expressa através de qualquer combinação das seguintes atitudes: (i) frieza ou ausência de afetos; (ii) hostilidade e agressividade; (iii) indiferença e negligência; (iv) rejeição indiferenciada, sendo que esta última refere-se à crença individual de que os progenitores não querem saber de si mesmo que não existam indicadores de que isso realmente acontece (Correia, 2010; Oliveira, 2012).

Estes comportamentos são demonstrados na figura 1. Verifica-se que os progenitores podem ser percebidos pela criança como calorosos ou hostis, zangados, impacientes ou antagonistas. Por outro lado, podem ser percebidos como pouco preocupados como tendo um interesse restrito pelo seu bem-estar. Elementos como a frieza, agressão e negligência referem-se aos comportamentos observáveis dos progenitores.

Ao verificar a Figura 1 percebe-se que o afeto parental pode ser expresso fisicamente (abrações, beijos, conforto) ou verbalmente (elogios, dizer coisas simpáticas e agradáveis). Por outro lado, a rejeição parental, refere-se à percepção de ausência ou falta significativa de sentimentos e comportamentos afetuosos, ou à percepção de comportamentos e afetos física e psicologicamente aversivos e dolorosos (Rohner & Khaleque, 2008). Quando os pais e as mães agem com sentimentos de hostilidade, raiva, ressentimento ou de inimizade, expressam-nos através da agressividade. De acordo com a IPARTheory, a agressão é qualquer comportamento cuja intenção seja magoar alguém (física ou emocionalmente). A Figura 1 mostra que os pais e as mães podem ser agressivos/as fisicamente (bater, empurrar, atirar coisas, provocar) ou verbalmente (utilizar o sarcasmo, humilhar, disparatar juto ou com a criança, entre outras atitudes) Todos estes comportamentos reais ou percebidos têm grandes probabilidades de induzir na criança sentimentos de rejeição (Rohner et al., 2012; Veneziano, 2000).

Deste modo, para compreender o motivo pelo qual a rejeição é sentida, torna-se neces-

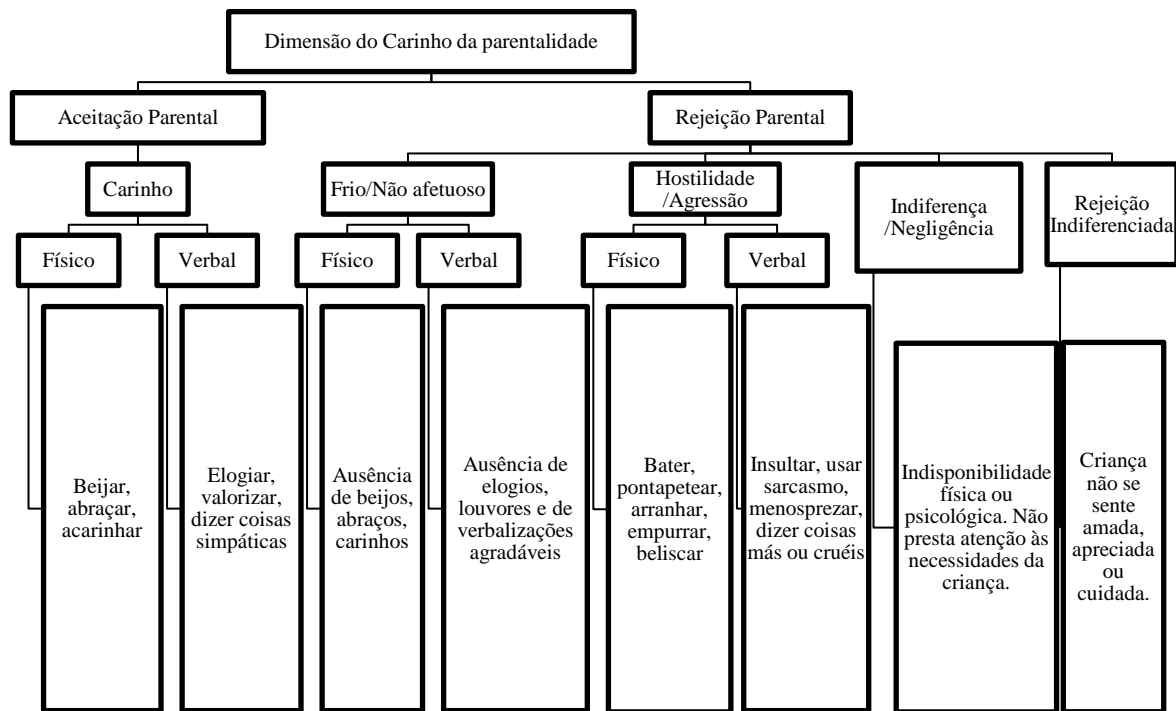


Ilustração 1- Dimensão do Carinho Parental (Rohner et al., 2012)

sário compreender a sua natureza simbólica. Apesar de todos os pais poderem expressar alguns níveis de aceitação (afetuosidade, carinho), a forma como o fazem, num determinado contexto sociocultural, pode não ter significado no outro. Assim sendo, o ajustamento pessoal aos contextos de vida terá que atender à especificidade do percurso de vida de cada um (Oliveira, 2012; Gonçalves, 2013)

Todas as evidências acerca da aparente universalidade da aceitação-rejeição parental e dos seus efeitos psicológicos fizeram com que Rohner formulasse os conceitos de “diagnóstico relacional” e de “síndrome de aceitação- rejeição” (Rohner & Veneziano, 2001; Rohner & Brothers, 1996).

Cerca de 400 estudos mostraram que crianças e adultos parecem organizar as suas perceções aceitação-rejeição parental em torno das mesmas cinco dimensões, já abordadas. Os dados suportam as conclusões que as crianças e os adultos que experienciarem relações com as figuras significativas pautadas pela rejeição tendem a revelar uma forma específica de desajustamento psicológico. Além do ajustamento psicológico, os dados colocam três questões adicionais sobre a saúde mental atendendo às correlações verificadas nos sintomas descritos de seguida: (i) Depressão e efeitos depressivos- a rejeição parental estão relacionados com a depressão clínica e sintomas depressivos. A percepção da rejeição na infância tende a preceder o desenvolvimento de sintomas depressivos na adolescência e vida adulta (Rohner et al., 2012); (ii) Problemas de compor-

tamento, incluindo perturbações de conduta, comportamentos externalizados e delinquência- a rejeição parental é um preditor de quase todas as formas de problemas de comportamento. A rejeição parental tende a preceder o desenvolvimento de problemas de comportamento (Rohner et al., 2012); (iii) abusos de substâncias- alguns estudos sugerem que a rejeição parental está casualmente relacionada com o abuso de drogas e de álcool (Rohner & Britner, 2002)

As recentes pesquisas sustentam as conclusões de que a aceitação paterna é tão ou mais importante quanto a aceitação materna (Veneziano, 2000). A questão que se tem tornado mais pertinente na pesquisa da afetuosidade parental está relacionada com a importância da aceitação paterna no desenvolvimento social e psicológico da criança. Estudos recentes sugerem que o comportamento dos pais e das mães podem ter diferentes efeitos no ajustamento psicológico das crianças (Lila et al., 2007). Outras pesquisas sugerem que a aceitação paterna é menos importante que a aceitação materna (Rohner & Veneziano, 2001). Estudos que compararam a influência materna e paterna verificaram que a aceitação paterna está relacionada com as competências sociais e académicas da criança, saúde mental, abuso de substâncias e distúrbios da personalidade (Lila et al., 2007; Rohner & Brothers, 1999).

Parte II Método

1. Objetivos do estudo

De acordo com IPARTheory de Rohner os adolescentes que experienciam sentimentos de rejeição parental, percebem o relacionamento com os pais como sendo insatisfatória, distante, com falta de apoio e comunicação, demonstram tendência em procurar outras companhias aumentando o risco de adquirirem uma conduta delinvente (Linhares et al., 2011). O que nos remete para o primeiro objetivo deste estudo, em que se pretende compreender se a rejeição parental se encontra associada à conduta delinvente, em crianças/adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas. Pretende-se também averiguar se existem diferenças significativas entre a percepção da rejeição parental de adolescentes do sexo feminino e a percepção da rejeição parental de adolescente do sexo masculino.

Para Fonseca (2002) a importância da família para o desenvolvimento equilibrado de qualquer criança ou jovem é inquestionável. A família deve ser vista como um meio acolhedor, um meio capaz de garantir segurança e proteção. A ausência desta ou até mesmo, a pertença a uma família disfuncional pode pôr em causa o desenvolvimento da criança, potencializando o aparecimento de condutas delinquentes (Fonseca, 2002; Silva, 2002). O estudo de Cambridge sobre os fatores de risco relacionados com a família, refere a existência de historial de pais condenados e irmãos mais velhos, a pobreza familiar incluindo baixo rendimento familiar, famílias numerosas e condições de habitação degradantes, disciplina rígida e autoritária, fraca supervisão, conflito parental e separação dos pais como fortes preditores da delinquência juvenil (Farrington et al., 2003). O que nos remete para o segundo problema, do presente trabalho, que tem como objetivo comparar os comportamentos antissociais e delinquentes entre famílias sinalizadas e não sinalizadas e compreender se existe relação entre os comportamentos antissociais e delinquentes de adolescentes pertencentes a famílias de risco. Pretende-se também compreender se existem diferenças significativas entre

Pretende-se compreender se a empatia influencia o comportamento antissocial e delinvente no adolescente e se existem diferenças significativas entre os níveis de empatia de adolescentes do sexo feminino e do sexo masculino. Segundo Matias, (2012) a empatia associa-se positivamente com as competências sociais dos sujeitos e negativamente com a vergonha externa, a agressividade e os comportamentos delinquentes. Verifica-se ainda que as raparigas são tendencialmente mais empáticas que os rapazes.

2. Problemas e hipóteses de investigação

De acordo com o enquadramento teórico, famílias consideradas de risco, são famílias que possuem educação e recursos monetários limitados, o que as incapacita de funcionar adequadamente na sociedade, possuem características relativas à estrutura e papéis familiares, processos de comunicação familiar e socialização das crianças, que são peculiares e determinantes do risco tanto pessoal como social. A exposição a fatores de risco como a condição de pobreza, famílias coercivas, cuidados de higiene e saúde inadequados atua como estímulos aversivos, afetando o comportamento e a qualidade das relações familiares e, ao mesmo tempo, criando condições inadequadas para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Ao longo do presente trabalho irá fazer-se referência a famílias de risco como sendo famílias sinalizadas, uma vez que, como já foi referido anteriormente o processo de sinalização de famílias de risco é realizado por ECMIJ, neste caso, a Santa Casa da Misericórdia de Gondomar

O presente estudo visa responder aos seguintes problemas de investigação:

Problema 1: Será que existe relação entre os comportamentos antissociais e delinquentes e a perceção da rejeição parental de adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas?

H1a: Os comportamentos antissociais e delinquentes correlacionam-se positivamente com a perceção de rejeição materna em adolescentes de famílias de risco.

H1b: Os comportamentos antissociais e delinquentes correlacionam-se positivamente com a perceção da rejeição paterna em adolescentes de famílias de risco.

Segundo Rohner & Khaleque, (2008), a existência de rejeição parental durante a infância pode significar o aparecimento de várias consequências para o indivíduo a nível das disposições da personalidade (hostilidade/agressividade, baixa autoestima, instabilidade emocional, dependência, não responsividade emocional, auto adequação negativa e visão negativa do mundo), refletindo-se num grave desajustamento psicológico. Segundo Bersogli e Assumpção (2013), as famílias consideradas de risco, são muitas vezes retratadas como estando economicamente vulneráveis, com baixos níveis de auto estima, com baixo nível de escolaridade e que apresentam poucas competências parentais. Crianças que experienciem este tipo de adversidades, quase sempre ao chegar ao período da adolescência, e porque fizeram um processo de vinculação de fraca qualidade e inseguro, tornam-se jovens revoltados e com maior propensão para a delinquência (Pereira, 2007).

Problema 2: Será que existem diferenças significativas entre os comportamentos antissociais e delinquentes de adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas e de adolescentes pertencentes a famílias não sinalizadas?

H2: Os adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas apresentam níveis mais elevados de condutas antissociais e delinquentes, do que os adolescentes de famílias não sinalizadas.

Sabe-se que a família é o primeiro e mais importante agente de socialização da criança, e que só posteriormente é que contextos como a escola e o grupo de pares, onde surgem mais figuras significativas, vão complementar essa ação educativa e desenvolvimental inicial (Murray & Farrington, 2010). Assim sendo, têm-se desenvolvido inúmeras investigações na tentativa de compreender as variáveis estruturais e funcionais da família associadas ao comportamento delincente dos adolescentes. Deste modo, têm sido salientadas características familiares, tais como a instabilidade da residência, famílias de grandes dimensões, pais com comportamentos desviantes, práticas parentais inadequadas, instabilidade emocional parental, entre outros (Murray & Farrington, 2010). Concluindo assim que as variáveis estruturais da família têm um efeito indireto no comportamento desviante, mediado pelas características funcionais da família (Fonseca, 2002), que também têm um papel importante a desempenhar.

Problema 3: Será que existe relação entre a empatia e os comportamentos antissocial e delincente de adolescentes de famílias sinalizadas?

H3: A empatia está associada a níveis mais baixos de comportamentos antissociais e delinquentes.

É com a dinâmica interpessoal familiar que as crianças e adolescentes aprendem um conjunto de valores que promovem a sua formação pessoal e social. Ao internalizarem uma condição psicossocial saudável (e.g.: consciência de si e do outro), tornam-se capazes de atribuir valores às outras pessoas inibindo assim comportamentos desviantes (Tassinari & Durange, 2014). Por outras palavras, ao reconhecer os bons valores morais de outras pessoas, que são significativamente afetivas, tornam-se capazes de melhorar a sua formação pessoal, as suas competências sociais, adquirir um comportamento pró-social, inibindo desta forma a apropriação de condutas disruptivas (Formiga, 2012).

Problema 4: Será que existem diferenças significativas entre a perceção da rejeição parental entre adolescentes de famílias sinalizadas e de famílias não sinalizadas?

H4: Os adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas apresentam níveis mais elevados de percepção de rejeição parental do que os adolescentes de famílias não sinalizadas.

De acordo com Bem e Wagner, (2006), o nível socioeconómico é uma variável relevante na determinação das condições de vida que irão afetar o comportamento e a visão sobre o mundo envolvente. Os valores que os pais transmitem aos filhos são largamente afetados pelo seu nível socioeconómico, ou seja, os pais de níveis sócio económicos mais favorecidos (com maior nível de escolaridade, maiores rendimentos) estabelecem valores de autocontrolo, autonomia, responsabilidade para os seus filhos, enquanto nas classes mais desfavorecidas os pais preconizam valores de conformidade e obediência.

A pertença ao estatuto socioeconómico mais elevado integra procedimentos e ideias que favorecem o desenvolvimento da criança, verificando-se atitudes mais positivas por parte dos pais quanto à valorização da escolaridade, à transmissão de afetos e à aquisição de conhecimentos e competências facilitadoras de integração social, repercutindo-se no desenvolvimento da criança. As competências pessoais valorizadas pelos pais de níveis socioculturais mais elevados (capacidade de decisão, responsabilidade e capacidade crítica) são transmitidas aos seus filhos, potenciando *a priori* condutas mais assertivas e de maior investimento pessoal por parte dos filhos. (Cruz, 2005).

Segundo um estudo realizado por Veneziano, (2000), que envolveu 281 famílias afro-americanas de uma zona rural e carenciada, sobre a relação entre a percepção da aceitação parental e o ajustamento psicológico da criança, considerando como variáveis mediadoras a idade, o género e a classe social. Verificou-se que a percepção da aceitação materna nas famílias afroamericanas está significativamente relacionada com a classe social, ou seja, as mães afro-americanas de classe mais baixa tendem a ser percebidas pelos filhos como menos aceitantes do que as mães afro-americanas de classe mais elevada. Verificou-se ainda que a percepção da aceitação paterna e materna varia em função do grupo étnico e que a percepção de aceitação paterna é tão importante quanto a percepção de aceitação materna, explicando variações quanto ao ajustamento psicológico da criança.

Problema 5: Será que existem diferenças significativas entre os comportamentos antisociais e delinquentes de adolescentes do sexo masculino e os comportamentos antissociais e delinquentes de adolescentes do sexo feminino?

H5: Os adolescentes do sexo masculino demonstram maior probabilidade de cometerem atos antissociais e delinquentes do que os adolescentes do sexo feminino.

Os estudos mais clássicos sobre a delinquência juvenil mencionam que o envolvimento em comportamentos de risco aumenta com a idade e os rapazes são mais propensos a desempenhar este tipo de comportamentos (Fonseca, 2002). Um estudo realizado por Gomes (2013) menciona que o sexo masculino apresenta índices consideravelmente mais elevados de distúrbios de conduta e problemas de comportamento antisocial quando comparado com o sexo feminino

Problema 6: Será que existem diferenças entre a percepção da rejeição parental do sexo masculino e da percepção da rejeição parental do sexo feminino?

H6a: A percepção da rejeição parental é mais elevada em adolescentes do sexo feminino do que em adolescentes do sexo masculino.

Dwairy (2010) estudou a percepção de aceitação-rejeição parental em quatro países e a sua relação com o ajustamento psicológico dos filhos. Este estudo permitiu constatar que os pais são mais rejeitantes/ menos aceitantes do que as mães e que os adolescentes do sexo masculino tendem a ser mais rejeitados e menos aceites pelos progenitores do que as adolescentes do sexo feminino.

Num estudo efetuado com uma amostra de crianças dos 8 aos 11 anos sobre a percepção que estas têm dos estilos educativos dos pais encontrou-se diferenças nos estilos parentais em função da idade e sexo da criança (Canavarro & Pereira, 2007). Assim, as raparigas parecem perceber menos rejeição por parte de ambos progenitores e menor controlo por parte do pai. Além disso, percebem também mais suporte emocional por parte da mãe comparativamente com os rapazes.

Problema 7: Será que existem diferenças entre os níveis de empatia apresentados pelos sujeitos do sexo masculino e os níveis de empatia apresentados pelos sujeitos do sexo feminino?

H7: Os adolescentes do sexo feminino apresentam maior nível de empatia do que os adolescentes do sexo masculino

A nível empírico, um dos resultados mais robustos e confiáveis obtidos são as diferenças de género na empatia. Alguns estudos têm constatado que as mulheres relatam uma maior empatia do que os homens (Proverbio et al., 2009; Sucksmith et al., 2013). A Teoria Empatia-Sistematização é uma evidência dessa diferença. Segundo o

autor, existem os cérebros tipo E, tipicamente femininos, e os cérebros tipo S, mais associados aos homens. Estudos posteriores sugeriram que os homens sistematizavam a um nível superior face às mulheres, enquanto estas são espontaneamente mais empáticas do que os homens (Baron-Cohen & Wheelwright, 2004; Goldenfeld, Baron-Cohen, & Wheelwright, 2005).

3 Procedimentos

O presente estudo dividiu-se em dois momentos distintos. Inicialmente foi realizado um requerimento à Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar (Anexo A), com o intuito de obter autorização para a implementação dos questionários a adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI), que estão sinalizadas como famílias de risco. Esta sinalização é realizada por técnicos da área do serviço social, da educação e da psicologia, empregados nas ECMIJ. Após a aprovação do requerimento, foi feito um novo requerimento direcionado à Coordenadora do Núcleo Local de Inserção de Gondomar (Anexo B) a fim de obter a mesma autorização acima referenciada.

Após ambas as aprovações foi requerido apoio às quatro equipas de técnicos, responsáveis pelo acompanhamento das famílias beneficiárias do RSI, pertencentes à valência da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar, de forma a poder juntar todos os adolescentes, de cada equipa, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade.

O preenchimento dos questionários foi realizado em quatro dias diferentes sendo um dia para cada equipa. O tempo de preenchimento dos questionários variou entre os 20 e os 30 minutos. Antes de se iniciar o preenchimento foi entregue aos pais e aos adolescentes com 18 anos de idade os respetivos consentimentos informados (Anexo C e D). É de salientar que todos os pais e adolescentes já tinham sido contactados e informados acerca do estudo e dos questionários em questão.

A segunda fase deste estudo diz respeito ao pedido de autorização à administração de uma escola básica 2º e 3º ciclo da Zona Norte, para a recolha de informação junto de alunos de famílias não sinalizadas, de forma a poder realizar algumas análises comparativas. Consequentemente, e por intermédio dos adolescentes, foi enviado o consentimento informado aos encarregados de educação. Após a autorização dos pais, e de acordo com o horário de cada turma foi realizada a implementação dos questionários

4. Instrumentos utilizados

Na recolha de dados foram utilizados cinco questionários, sendo diretamente administrados aos adolescentes pertencentes à amostra do estudo, nomeadamente:

4.1. Questionário Sociodemográfico:

O presente questionário (Anexo E) foi construído no âmbito do estudo presente, tendo por base a literatura consultada, referida anteriormente. Teve como finalidade recolher informações sobre o adolescente e a sua família de modo a abordar os temas de interesse que estão presentes ao longo do trabalho. É composto por seis questões de escolha múltipla e duas de resposta direta. Com este questionário pretende-se perceber em que tipo de família é que o jovem se insere, o tipo de habitação, situação laboral dos progenitores e situações de violência física ou psicológica.

4.2 Escala de Reatividade Interpessoal (Davis, 1980; Versão Portuguesa para a investigação por Machado & Machado, 2013)

O questionário é composto por 28 itens que avaliam características cognitivas e afetivas pessoais, utilizando escalas de likert com cinco graus. As experiências afetivas são adquiridas através das escalas de stress pessoal (*personal distress*) e de preocupação empática (*empathic concern*). A experiência cognitiva é avaliada através das subescalas de tomada de perspetiva (*role-taking*) e fantasia (*fantasy*).

O stress pessoal refere-se às sensações subjetivas do incómodo ou ansiedade produzida no self quando o indivíduo se depara com situações stressantes e seriam consideradas como autodirigidas ou egoístas. A preocupação empática avalia a motivação para ajudar outras pessoas por quem se sente afetos empáticos, sendo pró-social, diz respeito á habilidade de se colocar no lugar do outro, tomando as suas perspetivas e imaginando o que elas pensam ou sentem enquanto a subescala de Fantasia avalia a tendência de transpor de si mesmo imaginativamente, colocando-se no lugar de personagens de filmes e/ou livros (Davis, 1980).

Cada uma destas subescalas é composta por sete proposições, que são avaliadas por escalas de likert que variam de 1 (não me descreve bem) a 5 (descreve-me muito bem). Scores mais altos indicam níveis mais elevados em cada uma das dimensões e a soma dos scores de todas as subescalas é utilizada para calcular o nível global de empatia. Quanto ao alpha de Cronbach os valores para a subescala tomada de perspetiva são

.71, para a subescala fantasia .66, para a subescala preocupação empática .67, para a subescala stress pessoal .75 e para a empatia .44. Todos os valores inferiores a .70 devem ser interpretados com reservas.

4.3 Questionário da aceitação-rejeição parental- PARQ, (Rohner, 2005).

O questionário apresenta duas partes exatamente com os mesmos itens, sendo que uma visa a aceitação/rejeição paterna (PARQ- Pai e a outra a materna (PARQ-Mãe). Esta escala pretende analisar a percepção que o indivíduo tinha da relação com o pai e a mãe durante a infância, aproximadamente entre os 7 e os 12 anos. O instrumento apresenta um texto introdutório com as normas do autor das escalas, sendo alertado que as respostas devem refletir o modo como o pai/mãe os/as tratavam na altura específica e não como gostariam de ter sido tratados/as (Rohner, 2005). Cada inventário divide-se em quatro subescalas, que segundo Rohner, Khaleque e Cournoyer (2012) correspondem às quatro dimensões do comportamento parental a partir das quais adultos/as e crianças organizam as suas ideias de aceitação/rejeição parental. De forma resumida, o carinho é uma variável manifestada de forma física ou verbal, através de gestos e palavras afetuosas. A hostilidade/agressividade, define-se essencialmente pela percepção de sentimentos negativos como raiva, ressentimento e intenções de magoar fisicamente o/a filho/a. A indiferença/negligência reporta para a ausência de preocupação e interesse para com o indivíduo. Finalmente, a rejeição indiferenciada, que se refere à transmissão de indícios que levam a criança a acreditar que não é verdadeiramente amada, nem desejada pelas figuras parentais (Rohner & Khaleque, 2002). A versão utilizada apresenta 24 itens organizados segundo uma escala de *Lickert* de 4 intervalos (1-Quase sempre é verdade, 2-Algumas vezes é verdade, 3-Raramente é verdade e 4-Quase nunca é verdade). Valores finais elevados indicavam índices de rejeição percebidos igualmente altos podendo os resultados variar entre um mínimo de 24 e um máximo de 96. No que respeita ao questionário relativamente ao pai os valores obtidos para o alfa de Cronbach para a subescala carinho foi .75, para a subescala hostilidade .12, para a subescala indiferença .20, para a subescala rejeição indiferenciada .16 e para a rejeição global de .42, o que significa que o instrumento tem pouca fiabilidade. Relativamente à mãe obteve-se os seguintes resultados para a subescala carinho .73, para a subescala hostilidade .72, para a subescala indiferença .74, para a subescala rejeição indiferenciada .73 e para a rejeição global .73. Deste modo verifica-se que o instrumento é relativamente fiável.

4.4. Questionário de condutas antissociais e delitivas (Seisdedos, 1988; Formiga, 2002, versão portuguesa para investigação Duarte & Neves, 2012)

Este questionário foi proposto por Seisdedos em 1988, e foi validado para o contexto brasileiro em 2002, por Formiga e Gouveia. Este instrumento compreende uma medida comportamental em relação às Condutas Antissociais e Delitivas. É composto por quarenta elementos distribuídos em dois fatores: o primeiro envolve as condutas antissociais, em que seus elementos não expressam delitos mas comportamentos que desafiam a ordem social e infringem normas sociais. O segundo fator relaciona-se com as condutas delinquentes, englobando comportamentos delinquentes que estão fora da lei, caracterizando uma infração ou uma conduta faltosa e prejudicial a alguém ou mesmo à sociedade como um todo. Para cada elemento, os participantes devem indicar o quanto apresenta o comportamento assinalado no seu dia-a-dia. Para isso, utilizam uma escala de resposta de dez pontos, tendo os seguintes extremos: 0 (Nunca) e 9 (Sempre).

Relativamente ao alpha de Cronbach obteve-se para a subescala comportamentos antissociais o valor de .57, para a subescala comportamentos delinquentes .59 e para a subescala condutas desviantes .58. Assim, verifica-se que o instrumento não é fiável.

5 Amostra

A presente amostra é constituída por 88 adolescentes, sendo que 44 estão referenciados como pertencentes a famílias de risco. Uma vez que o presente estudo tem como objetivo analisar famílias de risco achou-se pertinente, realizar a análise descritiva apenas destes 44 adolescentes.

Verifica-se que, relativamente ao sexo, 23 são do sexo masculino e 21 do sexo feminino. Relativamente á idade verifica-se que a amostra é constituída por adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade sendo a média de idades 15 anos (DP=1,36). Verifica-se que 25% (N=11) têm 15 e 14 anos, 22,7% (N=10) tem 16 anos, 13,6% (N=6) tem 13 anos, 9,1% (N=4) tem 17 anos e 4,5% (N=2) tem 18 anos. Na questão “Com quem vives?”, verifica-se que 47,7% (N=21) reside com os pais, 27,3% (N=12) reside apenas com mãe, 11,4% (N=5) reside com familiares, 6,8% (N=3) reside apenas com o pai, 4,5% (N=2) reside com pais e familiares e 2,3% (N=1) reside com o pai e familiares.

No que respeita ao tipo de habitação 40,9% (N=18) dos adolescentes respondeu que reside numa moradia (casa), 31,8% (N=14) em habitações sociais e 27,3% (N=12)

em apartamentos. No que respeita ao número de pessoas que vivem com os adolescentes 25% (N=11) vive com quatro pessoas, 20,5% (N=9) reside com duas pessoas três pessoas, 15,9% (N=7) com cinco pessoas, 11,4% (N=5) com seis pessoas e 6,8% (N=3) com uma pessoa.

Relativamente á questão “Quantos irmãos tens?” verifica-se que 34,1% (N=15) responderam que têm um irmão, 25% (N=11) têm dois irmãos, 22,7% (N=10) têm três irmãos, 6,8% (N=3) têm quatro irmãos, 4,5% (N=2) têm seis irmãos, 4,5% (N=2) não têm irmãos e 2,3% (N=1) tem oito irmãos.

Relativamente á questão sobre a relação atual do pai, 54,5% (N=24) responderam que é casado, 25% (N=11) é divorciado, 9,1% (N=4) é solteiro e 2,3% (N=1) viúvo, sendo que quatro adolescentes não responderam. Por outro lado, relativamente á situação da mãe os adolescentes responderam que 54,5% (N=24) é casada, 27,3% (N=12) é divorciada, 13,6% (N=6) é solteira e 4,5% (N=2) é viúva.

Relativamente ao nível de escolaridade do pai, verifica-se que 50% (N=2) da amostra afirmou que o pai tem o 1ºciclo de escolaridade, 27,3% (N=12) tem o 2ºciclo, 13,6% (N=6) o 3ºciclo e 4,5% (N=2) o ensino secundário, sendo que dois adolescentes não responderam à questão. Quanto ao nível de escolaridade da mãe verifica-se que 34,1% (N=15) tem o 1ºciclo, 34,1% (N=15) o 2ºciclo, 25% (N=11) o 3ºciclo e 6,8% (N=3) o ensino secundário.

Na questão relativa à atual situação laboral do pai, verifica-se que 54,5% (N=24) respondeu que o pai está desempregado, 31,8% (N=14) está empregado e 11,4% (N=5) respondeu outro (reformado/pensionista), sendo que um adolescente não respondeu à questão. No que se refere à situação atual laboral da mãe, todos os participantes responderam, sendo que em 79,5% (N=35) da amostra a mãe encontra-se desempregada, 20,9% (N=9) encontra-se empregada.

Relativamente á pergunta 7-“Vivências/vivenciaste, em casa, situações de violência doméstica (física ou psicológica) 79,5% (N=35) respondeu que não e 20,5% (N=9) respondeu que sim. No que se refere á pergunta 8-“És /foste alvo de agressão física fora de casa (escola, rua,...)” 90,9% (N=40) respondeu que não e 9,1% (N=4) dos participantes respondeu que sim.

Por último na questão 9- “Agrides/agrediste alguém constantemente?”, todos os adolescentes responderam que não.

6. Apresentação dos Resultados

Inicialmente serão apresentados e descritos os resultados obtidos, por forma de analisar as variáveis em estudo, de modo a cumprir os objetivos delineados e de responder aos problemas e hipóteses formuladas, posteriormente será efetuada a discussão dos mesmos. A informação recolhida através dos questionários foi analisada e interpretada através do tratamento de dados quantitativos do programa SPSS, versão 20.0.

Tabela 1- Análise de frequências do PARQ- Pai e do PARQ- Mãe de famílias sinalizadas

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Ponto Médio	Máximo
Carinho-Pai	44	23,27	6,69	8	20	32
Hostilidade-Pai	44	9,55	4,25	6	15	24
Indiferença-Pai	44	12,25	2,94	6	15	24
Rejeição-Pai	44	9,89	4,02	4	10	16
Total-Pai	44	48,41	12,39	24	60	96
Carinho-Mãe	44	20,57	3,56	8	20	32
Hostilidade-Mãe	44	10,18	4,66	6	15	24
Indiferença-Mãe	44	13,14	2,31	6	15	24
Rejeição-Mãe	44	6,84	3,36	4	10	16
Total Mãe	44	49,59	7,24	24	60	96

Na tabela 1 verifica-se que no PARQ- Pai relativamente a adolescentes pertencentes a famílias de risco apresenta um total de 48,41 (inferior ao ponto médio), verificando-se que na generalidade o pai é percebido como sendo carinhoso e afetuoso. Relativamente às subescalas verifica-se um resultado de 23,27 na subescala Carinho, 9,55 na subescala Hostilidade (inferior ao ponto médio), 12,25 (inferior ao ponto médio) na subescala indiferença e na subescala rejeição o resultado obtido foi de 9,89 (inferior ao ponto médio). Conclui-se assim, que todas as subescalas encontram-se abaixo da média exceto a subescala carinho, o que significa que a amostra se percebe como mais aceite do que rejeitada pela figura paterna.

No que se refere ao PARQ- Mãe, o resultado total foi de 49,59 (inferior ao ponto médio). Na subescala Carinho obteve-se o resultado de 20,57 (acima do ponto médio), na Hostilidade o resultado foi de 10,18 (abaixo do ponto médio), na Indiferença 13,14 (abaixo do ponto médio) e na Rejeição 6,84 (abaixo do ponto médio). Apesar da subescala Carinho ser pouco superior à média, verifica-se que todas as outras subescalas estão abaixo da média, deste modo, pode-se concluir que a nossa amostra se percebe como mais aceite do que rejeitada pela figura materna.

Com o sentido de analisar os resultados descritivos relativamente aos comportamentos antissociais e delinquentes, obteve-se os resultados abaixo mencionados.

Tabela 2- Análise de frequências do CAD de famílias sinalizadas

	N	Média	Desvio- Pa- drão	Mínimo	Ponto Médio	Máximo
K Antissociais	44	25.23	33.17	0	80	160
K Delinquente	44	19.86	30.56	0	87.5	175
Total CAD	44	45,08	61,36	0	167.5	335

No que concerne aos resultados da tabela 2, verifica-se que todas as escalas se encontram abaixo do ponto médio, nomeadamente, os comportamentos antissociais ($M=25.23; DP=33.17$), os comportamentos delinquentes ($M=19.86; DP=30.56$) e o total dos comportamentos disruptivos ($M=45.08; DP=61.36$). Constata-se que, ao analisar estes resultados, que os adolescentes apresentam alguns tipos de comportamentos, que por um lado podem-se apresentar como típicos nos adolescentes mas que acabam por se apresentar já um fator antissocial e delinquente e que envolvem condutas que se caracterizam essencialmente por infringirem as leis, ou seja, caracterizam-se por condutas prejudiciais a alguém ou até mesmo à sociedade.

De seguida pretende-se averiguar os resultados descritivos da variável empatia e das subescalas.

Tabela 3- Análise de frequências do IRI de famílias sinalizadas

	N	Média	Desvio pa- drão	Mínimo	Ponto médio	Máximo
Tom. Perspe- tiva	44	16,88	4,78	7	16	25
Fantasia	44	14,75	5,32	5	16,5	28
Preoc. Empá- tica	44	17,98	4,99	9	16.5	24
Stress pessoal	44	11,75	3,46	0	13.5	27
Total IRI	44	61,36	12,11	0	62.5	104

Verifica-se que na tabela 3 o valor total do somatório das subescalas do IRI é de 61,36 (abaixo do ponto médio). Relativamente às subescalas verifica-se que na Tomada de perspectiva o resultado obtido foi de 16,88 (acima do ponto médio), na subescala Fantasia obteve-se o valor de 14,75 (abaixo do ponto médio), na subescala Preocupação empática o resultado foi de 17,98 (acima do ponto médio) e na subescala Stress Pessoal o resultado que se obteve foi de 11,75 (abaixo do ponto médio). De forma geral, os adolescentes podem ser considerados empáticos.

No sentido de averiguar as respostas ao segundo problema, correlacionou-se os comportamentos antissociais e delinquentes com a percepção da rejeição parental de adolescentes pertencentes a famílias de risco.

Tabela 4 Correlações entre o comportamento delinvente e antissocial de adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas e a percepção da aceitação-rejeição da parental

		N	Comportamento Antissocial	Comportamento Delinvente	Total CAD
Carinho –Mãe	Correlação de Spearman's	44	.282 .063	.282 .064	.311* .04
Hostilidade- Mãe	Correlação de Spearman's	44	.363* .015	.350* .020	.417** .005
Indiferença- Mãe	Correlação de Spearman's	44	.286 .060	.235 .124	.282 .064
Rejeição Indiferenciada- Mãe	Correlação de Spearman's	44	.275 .070	.268 .079	.326* .031
Total PARQ- Mãe	Correlação de Spearman's	44	.246 .107	.187 .225	.276 .070
Carinho Pai	Correlação de Spearman's	44	-.117 .448-	-.042 .789	-.103 .505
Hostilidade Pai	Correlação de Spearman's	44	.384* .010	.449** .002	.459** .002
Indiferença Pai	Correlação de Spearman's	44	.497** .001	.536** .000	.577** .000
Rejeição Indiferenciada Pai	Correlação de Spearman's	44	.236 .122	.500** .001	.366* .014
Total PARQ Pai	Correlação de Spearman's	44	.415** .005	.433** .003	.577** .001

**Correlação significativa a nível de .01

*Correlação significativa a nível de .05

De acordo com os resultados do teste, expressos nas Tabela 4, relativamente à mãe verifica-se correlação significativa entre as variáveis hostilidade ($r=.417$; $p\leq 0,01$) e rejeição indiferenciada ($r=.326$; $p\leq 0,05$) e o valor total de comportamentos antissociais e delinquentes. Verifica-se que quanto maior for a percepção de hostilidade e de rejeição indiferenciada da mãe, maior a probabilidade de cometerem atos antissociais e delinquentes.

Relativamente ao fator carinho, a correlação é estatisticamente significativa para a mãe ($r=.311$; $p\leq 0,05$), ou seja, quando a percepção de carinho aumenta os comportamentos antissociais e delinquentes também aumentam.

Relativamente ao pai, verifica-se uma correlação entre todas variáveis analisadas, exceto a variável carinho, sendo as mesmas estatisticamente significativas. Como tal, podemos verificar que para o pai ($r=.577$; $p\leq 0,01$) quanto maior a percepção da rejeição paterna maior a probabilidade de cometerem atos antissociais e delinquentes apresentam.

Posteriormente, pretende-se analisar as respostas ao terceiro problema, comparando os comportamentos antissociais e delinquentes de famílias sinalizadas e não sinalizadas

Tabela 5 Diferenças entre adolescentes de famílias sinalizadas e não sinalizadas relativamente aos comportamentos antissociais e delinquentes

	Sinalização	N	Média	U	P
K Antissociais	Sim	44	30.30	343.000	.000
	Não	44	58.70		
K Delinquentes	Sim	44	41.82	850.000	.324
	Não	44	47.18		
Total CAD	Sim	44	32.69	448.500	.000
	Não	44	56.31		

Ao analisar a tabela 7, considera-se que existe evidência estatística para afirmar que existem diferenças relativamente ao tipo de sinalização das famílias tanto nos comportamentos antissociais ($U=343; p \leq .01$) como no somatório de ambos os comportamentos ($U=448.5; p \leq .01$). Deste modo, a nível descritivo, a ordenação média é superior nas famílias não sinalizadas do que nas famílias sinalizadas., ou seja, os adolescentes pertencentes a famílias não sinalizadas demonstram ter mais comportamentos desviantes do que os adolescentes de famílias sinalizadas.

Com os dados apresentados na tabela 6, pretende-se averiguar as respostas ao quarto problema, correlacionando-se os comportamentos antissociais e delinquentes com a empatia de adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas.

Tabela 6 Correlações entre comportamentos antissociais e delinquentes e empatia de adolescentes de famílias sinalizadas

		N	K Antissocial	K Delinvente	Total CAD
Tomada de Perspetiva	Correlação de	44	-.142	-.050	-.117
	Spearman's		.359	.748	.450
Fantasia	Correlação de	44	.361*	.109	.285
	Spearman's		.016	.479	.061
Preocupação Empática	Correlação de	44	-.207	-.145	-.207
	Spearman's		.179	.347	.177
Stress Pessoal	Correlação de	44	.134	-.107	.036
	Spearman's		.386	.491	.816
Total IRI	Correlação de	44	.119	-.030	.067
	Spearman's		.433	.849	.664

** Correlação é significativa ao nível de .01

*Correlação é significativa ao nível de .05

Ao analisar a tabela 8 verifica-se que existe correlações significativas a nível da escala fantasia ($r=.016; p \leq .05$). Deste modo, conclui-se que existe associação entre os comportamentos antissociais e a fantasia, ou seja, os adolescentes que demonstram

comportamentos antissociais demonstram capacidade de se colocarem no lugar de personagens, sejam televisivas ou de livros.

De seguida, pretende-se averiguar as respostas ao quinto problema, correlacionando a perceção da rejeição parental com o fato dos adolescentes pertencerem a famílias sinalizadas.

Tabela 7 Diferenças entre famílias sinalizadas e não sinalizadas relativamente à perceção da rejeição parental

	Sinalização	N	Média	U	P
Carinho Mãe	Sim	44	42.67	887.5	.496
	Não	44	46.33		
Hostilidade Mãe	Sim	44	42.63	885.5	.488
	Não	44	46.38		
Indiferença Mãe	Sim	44	43.67	931.5	.756
	Não	44	45.33		
Rej.Indiferenciada Mãe	Sim	44	46.05	900	.557
	Não	44	42.95		
Total PARQ Mãe	Sim	44	44.51	967.5	.997
	Não	44	44.49		
Carinho Pai	Sim	44	43.75	935	.782
	Não	44	45.25		
Hostilidade Pai	Sim	44	41.88	852.5	.330
	Não	44	47.13		
Indiferença Pai	Sim	44	46.33	887.5	.497
	Não	44	42.67		
Rej.Indiferenciada Pai	Sim	44	41.56	838.5	.275
	Não	44	47.44		
Total PARQ Pai	Sim	44	44.36	962	.960
	Não	44	44.64		

Ao analisar a tabela 8, verifica-se que não existem diferenças significativas entre os resultados dos sujeitos de famílias sinalizadas e os resultados dos sujeitos de famílias não sinalizadas, em todas as escalas analisadas.

No sentido de analisar as respostas relativamente ao sexto problema, comparou-se o género com os comportamentos antissociais e delinquentes.

Tabela 8 Diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino relativamente aos comportamentos antissociais e delinquentes

	Sexo	N	Média	U	P
K Antissociais	Masculino	48	47.44	819	.237
	Feminino	40	40.98		
K Delinquentes	Masculino	48	50.75	660	.012
	Feminino	40	37.00		
Total CAD	Masculino	48	49.53	718.5	.043
	Feminino	40	38.46		

Ao analisar a tabela 11, verifica-se que a média do sexo masculino é superior á do sexo feminino. Deste modo, considera-se que existe evidência estatística para afir-

mar que existem diferenças significativas relativamente ao sexo, tanto nos comportamentos delinquentes ($U=660; p \leq .05$) como no somatório de ambos os comportamentos ($U=718.5; p \leq .05$).

Pretende-se averiguar as respostas ao sétimo problema, comparando o género com a perceção da rejeição parental.

Tabela 9 Diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino relativamente à perceção da rejeição parental

	Sexo	N	Média	U	p
Carinho Pai	Masculino	48	43.68	920.5	.740
	Feminino	40	45.49		
Hostilidade Pai	Masculino	48	51.47	625.5	.005
	Feminino	40	36.14		
Indiferença Pai	Masculino	48	46.90	845	.330
	Feminino	40	41.63		
Rej.Indiferenciada Pai	Masculino	48	44.39	954.5	.963
	Feminino	40	44.64		
Total PARQ Pai	Masculino	48	49.04	742	.068
	Feminino	40	39.05		
Carinho Mãe	Masculino	48	43.66	919.5	.731
	Feminino	40	45.51		
Hostilidade Mãe	Masculino	48	49.43	723.5	.046
	Feminino	40	38.59		
Indiferença Mãe	Masculino	48	44.43	956.5	.976
	Feminino	40	44.59		
Rej.Indiferenciada Mãe	Masculino	48	49.61	714.5	.033
	Feminino	40	38.36		
Total PARQ Mãe	Masculino	48	49.64	713.5	.038
	Feminino	40	38.34		

Ao analisar a tabela 11 verifica-se que a média do sexo masculino é superior á do sexo feminino relativamente às escalas Hostilidade tanto no pai ($U= 625.5; p \leq .05$) como na mãe ($U= 725.5; p \leq .05$) e à escala Rejeição Indiferenciada no que respeita à mãe ($U=714.5; p \leq .05$). Verifica-se que os adolescentes percecionam a mãe como mais rejeitante do que o pai ($U=713.5; p \leq .05$).

No sentido de analisar as respostas ao último problema, comparou-se o género com as escalas de empatia. Através dos resultados encontrados, verifica-se que existem evidências estatísticas para afirmar que existem diferenças significativas no que respeita ao sexo, relativamente à empatia.

Tabela 10 Diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino relativamente às escalas de empatia

	Sexo	N	Média	U	P
Tomada de Perspetiva	Masculino	48	37.22	610.5	.003*
	Feminino	40	53.24		
Fantasia	Masculino	48	42.40	859	.396
	Feminino	40	47.03		
Preocupação Em-pática	Masculino	48	39.56	723	.046*
	Feminino	40	50.43		

Stress Pessoal	Masculino	48	43.77	935	.758
	Feminino	40	45.38		
Total IRI	Masculino	48	38.54	674	.016*
	Feminino	40	51.65		

Na tabela 11, a nível descritivo, verifica-se que a média relativa ao sexo feminino é superior ao sexo masculino em todas as escalas. Nesse sentido considera-se que o sexo feminino é mais empático do que o sexo masculino. Verifica-se que na escala de tomada de perspectiva o nível de significância é de .003 ($U=610.5; p \leq .05$) o que significa que existe evidência estatística, o mesmo acontece nas escalas de preocupação empática ($U=859; p \leq .05$) e na escala da empatia global ($U=674; p \leq .05$). Deste modo, pode-se afirmar que a empatia difere consoante o sexo.

7. Discussão dos Resultados

De forma a poder dar resposta aos objetivos e hipótese que orientam o presente estudo, será efetuada a discussão dos principais resultados encontrados, tendo por base a revisão da literatura apresentada no enquadramento teórico. Assim, numa parte inicial deste estudo, foi feita uma revisão teórica sobre a temática, tendo por base a relação sustentada entre os comportamentos antissociais e delinquentes, a perceção da aceitação-rejeição parental, famílias de risco e a empatia.

Neste sentido, e por forma a dar resposta ao primeiro problema de investigação ao qual pretende-se encontrar uma correlação estatisticamente significativa entre os comportamentos antissociais e delinquentes e a perceção da rejeição parental, verifica-se que quanto maior a perceção da rejeição paterna e materna maior a probabilidade de os adolescentes cometerem atos antissociais e delinquentes. Assim sendo, aceita-se H1.

De acordo com o que recolhemos da literatura científica, os resultados obtidos estão de acordo com Rohner & Britner, (2002) que ressaltam o fato de que nas famílias com adolescentes que apresentam comportamentos antissociais, os pais tendem a apresentar menos afeto e mais hostilidade, bem como mais expectativas negativas, demonstrando uma maior dificuldade em estarem de acordo. Além de se associar a disfunção parental a problemas internalizantes, há indicadores importantes que levam a supor que a rejeição parental seja um excelente preditor de problemas externalizantes, incluindo delinquência, transtorno de conduta e abusos de substância ilícita

Quando as crianças ou os jovens, têm uma relação de bem-estar, de educação, de trabalho e de vida em comunidade, maiores serão as probabilidades de se tornarem sociáveis e de se adaptarem às normas estipuladas pela sociedade. A percepção da rejeição pode comprometer o ajustamento psicológico da criança ou adolescente, levando à adoção de comportamentos agressivos, dificuldade em gerir conflitos e emoções, dificuldades em expressar sentimentos de carinho e afeto e muitas das vezes demonstram baixa autoestima e instabilidade emocional.

Sendo a família o primeiro agente socializador, caso não existam relações afetuosas, calorosas, de compreensão e de apoio, os adolescentes não conseguirão adaptar-se funcionalmente à sociedade, tentando encontrar no grupo de pares essa sensação. Na maioria das vezes, e devido, a não controlarem os seus sentimentos e a não saberem gerir conflitos, associam-se a grupo de jovens com os mesmos problemas de socialização.

Os pais que demonstram atitudes negativas face aos filhos, amplificam o comportamento repetitivo, no qual as percepções dos filhos relativamente à sua família são igualmente negativas (Lourenço, 2004). De igual modo, as crianças que manifestam tendências antissociais e delinquentes, normalmente temem as represálias por parte dos pais (Mota & Matos, 2008). De acordo com Patrício, (2008) os pais de adolescentes com comportamentos desviantes não estabelecem relações afetivas e calorosas com os seus filhos, impedindo-os assim de interiorizarem adequadamente as normas sociais.

Em suma, os resultados do presente estudo apontam para que, na sua maioria, os adolescentes inseridos num meio familiar problemático onde as demonstrações de afeto e as relações de confiança são parcas, venham a ter mais probabilidade de desenvolver comportamentos delinquentes do que os jovens que encontram na sua família figuras de vinculação seguras e um ambiente propício ao seu pleno desenvolvimento, o que praticamente anula o seu envolvimento em atividades delinquentes.

Quanto à segunda hipótese de investigação, se existem diferenças entre os comportamentos antissociais e delinquentes entre famílias sinalizadas e não sinalizadas, conclui-se que os adolescentes de famílias não sinalizadas apresentam maior índice de comportamentos antissociais e delinquentes do que os adolescentes de famílias sinalizadas. Deste modo rejeita-se H2.

Assim sendo, e de acordo com os dados recolhidos na literatura verifica-se que os resultados obtidos não vão de encontro com a mesma. Quando se aborda o conceito família em risco, importa fazer referência às características sociodemográficas da famí-

lia, tais como, o nível de escolaridade, o tipo de família, o tipo de habitação, estatuto socioeconómico, entre outros, e importa também averiguar o tipo de relacionamento intra e interpessoal entre pais e filhos, a afetividade, as práticas educativas parentais entre outros.

Segundo Carvalho, (2010), os comportamentos antissociais podem existir em todas as camadas socioeconómicas e culturais, embora seja mais frequente nas classes sociais mais baixas. Fatores de relevância como as condições de pobreza, más condições habitacionais, baixa instrução escolar, existência de promiscuidade e um estilo de vida desorganizado permitem a incidência de condutas desviantes.

Assim sendo, importa salientar, que na maioria das vezes os adolescentes com comportamentos desviantes são referenciados como adolescentes que pertencem a famílias e a meios carenciados, fazendo com que os meios de prevenção e de atuação se restrinjam a um certo tipo de famílias e um estatuto socioeconómico desfavorecido. É importante perceber que em famílias ditas normativas, que apresentam um nível socioeconómico e académico médio/alto, é possível encontrar disfuncionalidades, o que provavelmente despoleta comportamentos desviantes em adolescentes pertencentes a essas famílias. Torna-se necessário que as equipas de prevenção percebam primeiramente a funcionalidade de cada família, e os riscos inerentes à mesma como forma de melhorar o relacionamento intra familiar e só posteriormente averiguar os riscos inter familiares.

É de extrema importância, tentar mudar a mentalidade da sociedade no sentido de que percebam que os jovens delinquentes não pertencem maioritariamente a famílias carenciadas nem a meios desfavorecidos, mas sim a famílias disfuncionais, onde o carinho e afeto não são sentidos, onde não existem apoios e onde as crianças e os jovens são negligenciados. O que vai de encontro com um estudo realizado por Formiga e Gouveia, (2005) que afirmam que condutas desviantes podem acontecer em qualquer estatuto socioeconómico e zona habitacional, dependem assim dos fatores de risco inerentes a eles, tais como, a inexistência de respeito e de consciência moral em relação à estrutura e funcionalidade familiar, a influência do grupo de pares, tabaco e álcool, consumo de drogas, entre outros.

Relativamente à terceira hipótese de investigação, se existe correlação entre empatia e os comportamentos antissociais e delinquentes de adolescentes de famílias sinalizadas, pode-se concluir que a empatia não está relacionada com os comportamentos antissociais e delinquentes. Ao analisar os resultados apenas se obteve resultados significativos na subescala fantasia, ou seja, os adolescentes que têm propensão para comete-

rem atos antissociais demonstram capacidade de se colocarem no lugar de personagens fictícias. O que não quer dizer que demonstrem preocupação com o outro, capacidade de se colocar no lugar do outro e ansiedade e desconforto face à observação de situações negativas.

Sabe-se que a postura empática pode auxiliar na diminuição de atos delinquentes e por consequência auxiliar na reintegração social dos adolescentes. A interiorização de normas morais é mediada por relações afetivas calorosas, que se estabelecem ao longo do desenvolvimento, numa primeira fase com as figuras parentais, e posteriormente com outras figuras significativas (Matias, 2012; Pais, 2012; Mota & Matos, 2012). Caso isso não aconteça, será notado um déficit relativamente às competências sociais o que poderá prejudicar as relações interpessoais e o ajustamento psicológico, despoletando a adoção de comportamentos antissociais.

A aquisição de competências sociais e empáticas durante a infância e adolescência é bastante importante no sentido de que, as crianças e os adolescentes percebam as normas morais e sociais, e tenham a capacidade de compreender e ouvir os outros. Assim sendo, é importante que a família, como primeiro agente socializador, transmita os valores e normas morais, para que a internalização desses conceitos seja saudável e normativa, por forma a promoverem nos jovens consciência e capacidade de reconhecer os valores das outras pessoas, terem a capacidade de se colocar no lugar do outro e de reconhecer os sentimentos do mesmo, adquirindo assim, um comportamento pró-social como forma de inibir os comportamentos de risco.

Diversos estudos revelam a importância da aquisição de competências empáticas, Garaigordobil e Maganto (2011), num estudo sobre a relação entre a empatia e a resolução de conflitos na infância e na adolescência, encontraram uma correlação positiva entre empatia e a resolução cooperativa de conflitos; por sua vez, níveis baixos de empatia estavam relacionados com a resolução agressiva de conflitos. Falcone et al. (2008) salientam que défices na capacidade empática podem ser precursores de prejuízos interpessoais em vários contextos da vida social. Do mesmo modo, estudos citados por Del Prette e Del Prette (2005) apontam que as deficiências na empatia estão associadas a distorções na perceção e a problemas de regulação e autocontrolo emocional, favorecendo o comportamento agressivo.

Portanto, a empatia é um elemento fundamental na qualidade das relações sociais e também na competência social de um indivíduo. A constatação de que a estimulação do comportamento empático é fundamental para o estabelecimento de relações in-

terpessoais mais positivas implica considerar possíveis estratégias e os contextos que possam viabilizar sua promoção.

No que respeita à quarta hipótese de investigação, se existem diferenças significativas entre a percepção da rejeição parental de adolescentes de famílias sinalizadas e de adolescentes de famílias não sinalizadas, verificou-se que a percepção da rejeição parental é mais elevada em adolescentes de famílias não sinalizadas do que em adolescentes de famílias sinalizadas. Por esse mesmo motivo rejeita-se H5.

Ao analisar os resultados obtidos, verifica-se que estes não vão de encontro com a teoria apresentada. Em termos gerais, as famílias de risco são caracterizadas pela sua situação económica precária, baixa supervisão, ausência da mãe ou distanciamento do pai, violência intrafamiliar e que normalmente habitam em zonas consideradas perigosas. Destas vulnerabilidades familiares resultam as práticas parentais que, na sua maioria, são desajustadas e que têm vindo a ser analisadas no sentido de tentar perceber o que as motiva, como se caracterizam e quais as suas implicações na relação entre pais e filhos.

Segundo Rohner e Khaleque, (2008), a percepção de hostilidade/agressividade parental é expressa através de comportamentos agressivos, sejam estes físicos (bater, magoar) e/ou verbais (dizer coisas cruéis e desagradáveis sobre a criança). A percepção dos pais como indiferentes/negligentes, associa-se à manifestação de indisponibilidade física e/ou psicológica para com a criança, a qual sentirá que os pais não lhe dão atenção ou não atendem às suas necessidades (Rohner & Khaleque, 2008; Rohner et al., 2012).

Contudo, há famílias que aparentemente e só aparentemente não se constata perturbações, conflitos ou desorganizações, o que não quer dizer que o adolescente não esteja em risco (Bersogli & Assunção, 2013). Fazendo referência àquelas famílias em que o ambiente familiar é aparentemente bom, em que o estatuto socioeconómico é considerado razoável/bom, em que os pais têm um elevado nível de escolaridade, mas que internamente, são frequentes e cada vez maiores desavenças, onde o filho é muitas vezes utilizado como bola de ping-pong no conflito dos pais, gerando medos de abandono na criança, fantasias de culpabilidade e de enorme angústia, pois não sabe de quem deve tomar partido sem que isso seja sentido por si como deslealdade ou culpabilidade.

No sentido de dar resposta à sexta hipótese de investigação, se existem diferenças entre o sexo e os comportamentos antissociais e delinquentes, verificou-se que os adolescentes do sexo masculino demonstram níveis mais elevados de comportamentos antissociais e delinquentes do que os adolescentes do sexo feminino. Nesse sentido aceita-se H6.

Verifica-se que os resultados obtidos vão de encontro com o enquadramento teórico, segundo Oliveira, (2011) o que caracteriza as jovens delinquentes do sexo feminino essencialmente pelos crimes contra a propriedade, através do furto simples e da fraude (onde as diferenças de género se revelam já reduzidas, sendo que os jovens do sexo masculino continuam com maior prevalência desses comportamentos), embora também se verifique um aumento significativo da participação em crimes que requerem o uso de violência, ainda que, quando comparada com níveis apresentados pelo género masculino, esta seja residual.

O fato de os rapazes cometerem mais atos delinquentes do que as raparigas, pode dever-se à reflexão da maturação feminina, uma vez que esta é mais precoce do que a masculina. Uma vez que as raparigas demonstram mais habilidades de comunicação para resolver conflitos e demonstram mais habilidades empáticas poderá fazer com que as mesmas perante situações de risco ponderem mais adequadamente as consequências dos seus atos.

Sabe-se que um dos motivos que pode levar ao ato delinvente é a busca de sensações, nesse sentido é notório que os rapazes demonstram mais vontade de se envolverem em novas e intensas atividades, o que vai de encontro com um estudo realizado por Gouveia et al., (2010) que referem que os indivíduos do sexo masculino apresentam valores mais elevados na medida de busca de sensações, definida como uma vontade de se envolver em atividades novas. Os autores explicam esta diferença entre géneros em termos de mecanismos psicológicos evoluídos ou normas sociais culturalmente transmitidas. Referem ainda que as diferenças de género encontradas quanto à busca de sensações podem ser o reflexo de predisposições genéticas que interagem com a informação social transmitida.

Relativamente à sétima hipótese de investigação, se existem diferenças entre o género e a perceção da rejeição parental, verifica-se que a os níveis de perceção de rejeição parental é superior no sexo masculino do que no sexo feminino. Deste modo aceita-se H7.

A ligação parental está diretamente relacionada com o amor parental, sobretudo se este é entendido pelo adolescente, derivando assim um menor envolvimento dos jovens em condutas desviantes. Alguns estudos sugerem que as raparigas tendem a avaliar os seus pais como mais afetivos. Por outro lado, os rapazes, tendem a perceber os seus pais como mais rejeitantes e mais controladores (Roelofs et al., 2006). Embora os estudos não sejam consensuais, os pais parecem estimular mais os rapazes para a realização,

competição, responsabilidade pessoal e controlo das expressões de afeto, enquanto as raparigas recebem maior incentivo para serem carinhosas, obedientes, simpáticas e atraentes.

Assim sendo a perceção da rejeição parental depende do tipo de educação e práticas parentais exercidas e do modo como é percecionada pelos filhos. Verifica-se que os pais são mais firmes e restritivos, menos afetivos e mais diretivos com os rapazes do que com as raparigas. Enquanto as mães tendem a ser calorosas e a fornecer mais suporte, apresentando relações mais próximas com os filhos. No que respeita a regras, estes parecem apresentar mais interações conflituosas com as mães do que com os pais. Tendem ainda a perceber as mães como mais intrusivas e sobreprotetoras, mas também como mais calorosas e abertas (por oposição com os pais, que são vistos como distantes e menos calorosos). Igualmente, veem os pais como alguém com quem podem realizar atividades de lazer e a quem podem pedir conselhos. Por seu lado, as filhas tendem a ver as mães como fornecendo uma relação de suporte mútuo e os pais como figuras com quem podem passar tempo de lazer

No que respeita à última hipótese de investigação, existem diferenças entre adolescentes do sexo masculino e adolescentes do sexo feminino no que respeita à empatia. Verificou-se que os níveis de empatia são mais elevados nos adolescentes do sexo feminino do que nos adolescentes do sexo masculino. Assim sendo aceita-se H8.

Assim conclui-se que os resultados encontrados vão de encontro com a teoria apresentada. Na adaptação do IRI à população portuguesa, Limpo, Alves e Castro, (2010) observaram que as mulheres são mais empáticas do que os homens em todas as subescalas.

Derntl e colaboradores (2010) sugeriram que as diferenças de género se limitavam à subescala Preocupação Empática, ou seja, à componente emocional da empatia, não tendo os autores observado qualquer efeito do género na componente cognitiva.

Um indivíduo ao se deparar com alguém numa situação dita emocional e/ou adversa, tanto os homens como as mulheres são igualmente capazes de avaliar como a pessoa se sente. Contudo, as mulheres tendem a associar mais facilmente a consciência do sentimento do outro a uma resposta afetiva. Este facto parece ser explicado pelo papel da socialização na família, isto é, as raparigas são expostas a comportamentos maternos, tais como cuidar e dar conforto e, deste modo, estas absorvem mais esta tendência para se preocuparem com os outros do que os rapazes.

8. Conclusão

A presente investigação teve como intuito aprofundar a temática percepção da aceitação-rejeição parental e o comportamento antissocial e delinvente de adolescentes pertencentes a famílias sinalizadas e a famílias não sinalizadas e perceber de que modo o nível de empatia dos adolescentes pode influenciar o tipo de comportamento dos mesmos.

Assim sendo, conclui-se que o comportamento antissocial e delinvente dos adolescentes está relacionado com a percepção da rejeição parental, ou seja, quanto maior for a percepção da rejeição parental maior a probabilidade de os adolescentes cometerem condutas desviantes. Verificou-se que os adolescentes pertencentes a famílias não sinalizadas demonstram exercer mais comportamentos desviantes do que os adolescentes de famílias sinalizadas e que a percepção da rejeição parental é mais sentida pelos adolescentes pertencentes a este tipo de família. No que respeita à empatia verificou-se que não se correlaciona com os comportamentos antissociais e delinquentes, ou seja, os adolescentes que exercem condutas desviantes demonstram ter um baixo nível empático. Relativamente às diferenças a nível do sexo dos adolescentes, verificou-se que os rapazes demonstram ter níveis mais elevados de comportamentos antissociais e delinquentes e sentem mais a rejeição parental do que as raparigas, por outro lado, no que respeita à empatia, as adolescentes do sexo feminino demonstram ser mais empáticas do que os adolescentes do sexo masculino.

Na realização deste estudo foram percecionadas algumas limitações. Primeiramente a amostra não é suficientemente grande nem diversificada para ser representativa da população, uma vez que apenas se restringiu a uma escola da zona norte e a famílias sinalizadas da zona de Gondomar. Outras das limitações foi a exclusão do questionário sobre desenvolvimento moral uma vez que na primeira recolha de informação os adolescentes demonstraram bastante dificuldade em perceber o questionário e em realizá-lo, por esse mesmo motivo decidiu-se retirar o questionário de forma a tornar os resultados mais fidedignos. Em relação aos contatos com as escolas, foram sentidas bastantes dificuldades, uma vez que, na sua maioria, não foi possível obter qualquer resposta por parte das mesmas. Relativamente à Santa Casa da Misericórdia apesar da autorização, foram precisas bastante burocracias e tempo para que fosse possível a implementação dos questionários. Apesar dos inconvenientes os adolescentes e os pais inquiridos mostraram-se bastante interessados e disponíveis.

Com o presente estudo aprofundou-se mais sobre a temática percepção da rejeição parental e os comportamentos antissociais e delinquentes e percebeu-se que não só em famílias carentes, com baixos rendimentos, com baixo nível de escolaridade, com violência intrafamiliar entre outros, se verifica problemas de conduta. É necessário aprofundar mais sobre a temática família, uma vez que, a mesma não se identifica exclusivamente através de laços biológicos ou legais, mas antes como um conjunto de sujeitos que desenvolvem entre si, de modo sistemático e organizado, interações particulares que lhe concedem individualidade grupal e autonomia (Relvas, 2003). Considera-se que o amor parental é essencial para o bem-estar social e desenvolvimental das crianças e adolescentes, quando esta necessidade não se encontra satisfeita, as crianças/adolescentes tendem a revelar comportamentos hostis e agressivos, défices ao nível da autoestima e autoconceito, irresponsividade e instabilidade emocional, e uma visão negativa do mundo. Além disso, jovens que percebem rejeições parentais estão mais suscetíveis a apresentarem problemas de comportamento e de conduta, a serem mais depressivos e a terem problemas de toxicod dependência.

Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão da influência familiar nos comportamentos dos adolescentes e que é necessário fazer prevenção não só nas comunidades desfavorecidas mas na comunidade em geral, com o intuito de sensibilizar os pais, no sentido de que estes percebam que o funcionamento intrafamiliar deve ser o primeiro fator a ser explorado e trabalhado para que seja possível que os filhos tenham comportamentos adequados e que respeitem as normas e os valores morais.

Seria interessante, futuramente, realizar investigações sobre o tipo de práticas parentais e como estas se relacionam com a percepção da rejeição parental e os comportamentos antissociais e delinquentes. Seria também interessante acrescentar as variáveis resiliência, traços de personalidade e desenvolvimento moral e perceber de que modo essas variáveis podem ou não influenciar o comportamento delincente e se estão relacionados com a percepção da rejeição parental, fazendo uma comparação de grupos de forma a se poder avaliar as diferenças entre aluno de ensino regular, de ensino privado e escolas de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Bibliografia

- Abreu, Sá & Ramos, (2010). *Proteção, delinquência e justiça de menores*. Edições Sílabo: Lisboa.
- Alarcão, (2006). (Des) Equilíbrios Familiares: Uma visão Sistémica (3ªed). Coimbra: Quarteto.
- Alich, (2011). *Risco de delinquência; estudo com alunos do 2º e 3º ciclo* (Master's thesis). Universidade de Aveiro: Aveiro.
- Assis, Pesce & Avanci, (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto alegre: Artmed.
- Bem & Wagner, (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico. *Psicologia em Estudo*, 11 (1), 67-71.
- Bersogli & Assunção, (2013). *Delinquência Juvenil e Família*. *Revista Psicopedagogia*, 30 (91), 43-51.
- Bronfenbrenner, (2001). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto-Alegre: Artmed.
- Bouças, (2014). *Diferenças de género e delinquência juvenil: influência da família e de características da personalidade* (Master's Thesis). Universidade do Porto: Porto
- Canavaro, M. C. & Pereira, A. I. (2007) *A perceção dos filhos sobre os estilos educativos parentais: a versão portuguesa do EMBU-C..R1DEP*, 2 (24), 193-210.
- Carvalho,A., (2011). *Análise dos fatores que levam os jovens a delinquir* (Master's thesis). Universidade Fernando Pessoa: Porto

- Carvalho, M., (2010). Do outro lado da cidade: crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento (Doctoral Dissertation). Universidade Nova de Lisboa
- Carvalho, S., (2012). Problemas do comportamento na adolescência: relação com a estrutura familiar e práticas educativas parentais (Master's Thesis). Universidade do Minho: Braga.
- Carvalho & Gamide, (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22 (3), 263-275.
- Cavalcante & Silva, (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista mal-estar e subjetividade*, X(4), 1147-1172.
- Cecconello, (1999). Competência social, empatia e representação mental da relação de apego em famílias em situação de risco (Master's Thesis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto-Alegre.
- Cia & Barahm., (2009). Parental Socialization of Emotion Expression: Gender differences and relations to child adjustment. *Emotion*, 5(1), 80-88.
- Conceição & Martinelli, (2014). Análises psicométricas iniciais de uma escala de empatia infanto-juvenil (EEmpa-IJ). *Avaliação Psicológica*, 13(3), 351-358.
- Correia, (2010). Desajustamento psicológico da criança: estudo da sua relação com a rejeição parental percebida, conduta disruptiva e variáveis socio biográficas da família (Master's Thesis). Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Cruz, (2005). Parentalidade. Quarteto: Coimbra.
- Cunha, (2014). Fatores de risco e protetores da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa (Master's Thesis). Universidade Católica Portuguesa: Porto.

- Davis, M. (1980). *A Multidimensional Approach to Individual Differences in Empathy*. University of Texas: Austin
- Del Prette & Del Prette., (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Derntl, Finkelmeyer, Eickheff, Kellermann, Falkenberg, Schneider & Habel, (2010). Multidimensional assessment of empathic abilities: Neural correlates and gender differences. *Psychoneuroendocrinology*, 35(1), 67-82.
- Diário da República, (2003). Retrived from <http://www.cnpcjr.pt>
- Farrington, Coid, Harnett, Jolliffe, Soteriou, Turner & West, (2003). Criminal careers and life success: new findings from the Cambridge Study Delinquent Development. *Findings*, 28 (1), 1-6.
- Falcone, Ferreira, Luz, Fernandes, Faria, D'Augustini, Sardinha, Pinho, (2008). Inventário sobre a empatia (IE): Desenvolvimento e validação de uma escala brasileira. *Avaliação psicológica*, 7(3), 321-334.
- Feijó & Assis, (2004). O contexto da exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e suas famílias. Retrived from <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>
- Ferreira, (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 55-85.
- Fonseca, (2002). *Comportamento Antissocial e Família*. Almedina: Coimbra.
- Formiga, (2004). Condutas antissociais e delitivas e relação familiar: Consideração em duas áreas urbanas na cidade de Palmas. *Aletheia*, 22, 63-70.
- Formiga, (2012). Os estudos sobre empatia: Reflexões sobre um constructo psicológicos em diversas áreas científicas. Retrived from <http://www.psicologia.pt>.

- Formiga & Gouveia, (2005). Valores humanos e condutas antissociais e delitivas. *Psicologia: Teoria e prática*, 7(2), 134-170.
- Gallo & Williams, (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 41-59.
- Garcês & Batista, (2001). Família e Intervenção social. *Ação Social na Área da Família*, 283-315.
- Gardner, Dishion & Connel, (2008). Adolescent Self-regulation as Resilience: Resistance to Antisocial Behavior within the deviant peer context. *Abnorm Child Psychol*, 36, 273-284.
- Garaigordobil & Galdeano, (2006). Empatía en niños de 10 a 12 años. *Psicothema*, 18, 180-186
- Garaigordobil et al., (2011). Empatía y resolución de conflictos durante la infancia y la adolescência. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 43(2), 255-266.
- Gomes, (2013). A desviância juvenil em família: o autocontrolo como mediador da relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante dos adolescentes (Mater's Thesis). Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida: Lisboa.
- Gomes, R., (2013). Diminuindo a Delinquência Juvenil- um programa de intervenção (Master's Thesis). Universidade Fernando Pessoa: Porto.
- Gomes & Pereira, (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo. *Análise Psicológica*, 4 (XXXII), 439-451.
- Gonçalves, (2008). Delinquência, crime e adaptação à prisão. Quarteto: Coimbra.

- Gonçalves, J., (2013). Delinquência Juvenil, Violência no Namoro e Aceitação-Rejeição do Parceiro Íntimo: um estudo com jovens internados em Centros Educativos Portugueses (Master's Thesis). Instituto Universitário da Maia: Castelo da Maia
- González, Haydar, Utria & Amar, (2013). Legitimación de la violencia en la infancia : un abordaje desde el enfoque ecológico de Bronfenbrenner. *Psicología desde el Crie*, 31(1), 133-160.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press: Stanford
- Gouveia et al., (2010). Inventário de Arnett de Busca de Sensações (AISS): testando diferentes modelos fatoriais. Universidade Federal da Paraíba: Brasil.
- Harmon, (2010). How important is physical contact with you infant? *Scientific American*. Retrived from <http://www.scientificamerican.com/article/infant-touch/>.
- Hastings, Rubin & DeRose, (2005). Links among Gender, Inhibition and Parental Socialization in the Development of Prosocial Behavoiour. *Merril- Palmer Quarterly*, 51, 467-493.
- Hirschi, (2004). *Self-control and crime: research, theory, and applications*. Guilford Press xv, 537-55.
- Hoeve, ; Blockland; Dubas; Loeber,; Gerris & van der Laan, (2008). Trajectories of Delinquency and Parenting Styles. *J Abnorm Child Psychol*, 36, 223.
- Hofvander, Stahlberg, Nydén, Wentz, Degl'Innocenti, Billstedt, Forsman, Gillberg, Nilsson, Rastam, Anckarsatera, (2011). Life History of Agression scores are predicted by childhood hyperactivity, conduct disorder, adult substance abuse and low cooperativeness in adult psychiatric patients. Retrieved from http://www.gnc.gu.se/digitalAssets/1349/1349910_hofvander-life-history-of-aggression-.pdf

- Howell, J. C. (2009). *Preventing and Reducing Juvenile Delinquency: A Comprehensive Framework*. Sage Publications, Inc: USA.
- Jacobson, Beseler, Lasky- Su, Farone, Glatt, Kremen, Lyons & Tsuang, (2008). Orderes subsets linkage analsis of antissocial behavior in substance use disorder among participants in the collaborative on the Genetics of Alcoholism. *American Journal of Medical Genetics Part B (Neuropsychiatric Genetics)*, 147(B), 1258-1269.
- Justo, Carvalho & Kristensen, (2014). Desenvolvimento da empatia em crianças: a influência dos estilos parentais. *Psicologia, Saúde e Doença*, 15(2), 510-523.
- Keijseres, Branje, Hawk, Schwartz, Frijins, Koot, Lier & Meeus, (2012). Forbidden Friends as Forbidden Fruit: Parental Supervisionof Friendships, Contact with Deviant Peers and Adolescent Delinquency. *Child development*, 83(2), 651-666.
- Konvalina, (2012). *Introdução à Biopsicologia do Comportamento Desviante*. Letras e Conceitos, Ida: Carcavelos.
- Khun & Agra, (2010). *Somos todos criminosos?* Casa das Letras: Lisboa.
- Lila, Garcia & Garcia, (2007). Perceived paternal and maternal acceptance and children's outcomes in Colombia. *Social Behaviour and Personality*, 35(1), 115-124.
- Limpo, Alves & Castro, (2010). Medir a empatia: Adaptação portuguesa do Índice de Reatividade Interpessoal. *Laboratório de Psicologia*, 8 (2), 171-184.
- Linhares, Russilo, Cruz, Fernández & Arias, (2011). Práticas educativas paternas y internalizantes y externalizantes em adolescentes espanholes. *Psichotem*, 23(4), 654-659.
- Lisboa & Koller, (2001). Construção e validação de conteúdo da escala de percepção dos professores e de comportamentos agressivos de crianças na escola. *Psicologia em Estudo*, 6(1), 59-69.

- Lourenço, (2004). Estilos Educativos Parentais e Delinquência Juvenil – Os Efeitos da Permissividade e da Incoerência Educativa (Master's Thesis). Universidade de Coimbra: Coimbra
- Machado, Veríssimo, Torres, Peceguina, Santos & Rolão, (2008). Relações entre o conhecimento das emoções, as competências académicas, as competências sociais e a aceitação entre pares. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 463- 478.
- Martin, Máiquez, Rodrigo, Correa & Rodríguez, (2004). Evaluación del programa “apoyo personal y familiar para madres y padres en situación de riesgo psicossocial. *Infancia y Aprendizaje: Journal for the study of education and development*, 27(4), 401-512.
- Matias, M. (2012). A Avaliação da Empatia na Adolescência: estudos de validação da versão portuguesa da "Basic Empath y Scale" (Master's Thesis). Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Milheiras, (2011). Programa de prevenção da transgressão juvenil: “Diversão se adição” (Master's Thesis). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.
- Monteiro, Nascimento, Montesano & Farias, (2013). Competência, problemas internalizantes e problemas externalizantes em quatro grupos de adolescentes. *Psico-USF*, Bragança Paulista, 18(3), 427-439.
- Morais, (2010). Quando as relações familiares falham, a delinquência busca filiação (Master's Thesis). Faculdade do vale do Ipojuca: Caruaru.
- Moreira, (2013). A relação entre a ausência de suporte afetivo e a delinquência (Master's Thesis). Universidade Fernando Pessoa: Porto.
- Mota & Matos, (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & sociedade*, 20(3), 367-377.

- Mota & Matos, (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 28(XXVIII), 245-254.
- Murray & Farrington, (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10), 633-642.
- Nardi, (2010). Adolescentes em conflito com a lei: Percepção sobre a família, ao inflacionária e medida socioeducativa. Retrieved from <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23013/000740973.pdf>
- Nardi & Dell'Aglio, (2010). Delinquência Juvenil: Uma revisão Teórica. *Ata Colombiana de Psicologia*, 13(2), 69-77.
- Negreiros, 2008. *Delinências Juvenis: Trajetórias, Intervenções e Prevenção*. Legis: Porto.
- Nunes, (2013). Estudo dos efeitos de um Programa de Formação Parental nas variáveis de risco Psicossocial de famílias com filhos em idade escolar (Master's Thesis). Faculdade de Motricidade Humana: Lisboa
- Oliveira, (2011). Atitudes e crenças antissociais na delinquência juvenil: Diferenças em função da idade, do género, e do padrão antissocial (Master's Thesis). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Porto.
- Oliveira, (2012). A generatividade e a percepção de aceitação-rejeição paterna na transição para a parentalidade (Master's Thesis). Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Paíga, (2012). Comportamento Antissocial e abandono escolar: da relação à prevenção (Master's Thesis). Universidade Fernando Pessoa: Porto.

- Pais, (2012). Delinquência juvenil: as consequências da ausência de vínculos familiares na adoção de comportamentos desviantes (Master's Thesis). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais: Porto.
- Patrício, Â. (2008). “A Pobreza, um Livre-trânsito para a Delinquência Juvenil” (Doctoral Thesis). Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa.
- Pereira, (2007). Vinculação aos pais e ao grupo de pares, antinormatividade grupal e condutas antissociais na adolescência (Master's Thesis). Universidade Fernando Pessoa: Porto.
- Pires, (2001). Crianças (e pais) em risco. Instituto de Psicologia Aplicada: Lisboa.
- Pires, (2010). Aceitação- rejeição parental percebida e ajustamento psicológico e académico da criança (Master's Thesis). Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Priuli & Moraes, (2007). Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192.
- RASI, (2014). Relatório Anual de Segurança interna. Retrived from <http://www.portugal.gov.pt>
- Reis, (2009). Crianças e Jovens em risco (Doctoral Thesis). Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Relvas, (2003). Por detrás do espelho – da teoria à terapia com a família. Quarteto Editora: Coimbra.
- Remédios, (2010). O Bem-Estar Psicológico e as Competências Pessoais e Sociais na Adolescência (Master's Thesis). Faculdade de Psicologia: Lisboa.
- Roberts & Strayer, (1996). Emphaty, emotional expressiveness and prosocial behavior. *Child development*, 67, 449-470.

- Rodrigues & Silva, (2012). Avaliação de um programa de promoção da empatia implementado na educação infantil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(1), 59-75.
- Rohner & Britner, (2002). Worldwid mental health correlates of parental acceptance-rejection: Review of cross- cultural and intracultural evidence. *Cross- Cultural Research*, 36, 16-47.
- Rohner & Brothers, (1999). Perceived parental rejection, pshycological maladjustment and borderline personality disorder. *Journal of Emotional Abuse*, 4, 81-95.
- Rohner & Khaleque, (2002). Perceived parental acceptance- rejection and psychological adjustment: A meta-analysis of cross-cultural and intracultural studies. *Journal Of Marriage and Family*, 64(1) 54-64.
- Rohner & Khaleque, (2008). *Handbook of study of parental acceptance and rejection*. Storrs.
- Rohner, Khaleque & Cournoyer, (2012). *Introdution to Parental Acceptance- Rejection Theory, Mhetods, Evidence and Implications*. University of Connecticut
- Rohner, Melendez & Kraimer, (2008). Intimate partner acceptance, parental acceptance in childhood and psychological adjustment among American adults is ongoing attachment relationships. *Cross- Cultural Research*, 42, 1-13.
- Rohner & Veneziano, (2001). The importanceof father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychological*, 5, 382- 405.
- Roudinesco, (2003). *A família em desordem*. Jorge Zahar Ed: Rio de Janeiro.
- Sanni, Udoh, Okediji, Modo & Ezeh, (2010). Family types and Juvenile Delinquency Issues among Secondary School Studentes in Akwa Ibom State, Nigeria: Counseling Implications.*Journal of Social Sciences*, 23(1), 21-28.
- Sampaio & Gameiro, (2005). *Terapia Familiar. Afrontamento*: Porto.

Sampaio, Camino & Roazzi. Revisão de aspetos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(2), 212-227.

Santos, (2004). Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa – uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa. Faculdade de Economia: Coimbra

Schenker & Minayo, (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: revisão crítica. Retrieved from <http://www.scielo.br>

Schiffer, Pawliczek, Muller, Gizewski & Walter, (2013). Why don't men understand women? Altered neural networks for reading the language of male and female eyes. *PLoS ONE*, 8(14).

Schilling, Walsh & Yun, (2010). ADHD and criminality: A primer on the genetic, neurobiological, evolutionary and treatment literature for criminologists. *Journal of Criminal Justice*, 39(1), 3-11.

Schulte, Morkowitsch, Shah, Fink & Piefke, (2008). Gender differences in brain networks supporting empathy. *NeuroImage*, 42 (1).

Serapioni, (2005). O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciência e saúde coletiva*, 10, 243-253.

Shoemaker, (2000). *Theories of delinquency. Na examination of explanations of delinquent behavior.* Oxford university press: New York.

Shoemaker, D., (2009). *Juvenile Delinquency.* Rowman & Littlefield Publishers, Inc: USA.

Silva, Nossa, Silvério & Ferreira, (2008). *Incidentes críticos na sala de aula.* Quarteto: Coimbra.

- Silva, 2002. O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinquente em adolescentes infratores (Master's Thesis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- Simões et al., (2011) Abandono escolar precoce e comportamento antissocial na adolescência: dados de um estudo empírico. Almedina: Coimbra.
- Souza, & Rodrigues, (2002). A segregação sexual na interação de crianças de 8 e 9 anos. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(3), 489-496.
- Steinberg, (2001). We know some things: Parental-adolescent relationships in retrospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11, 1-19.
- Tassinari & Durange, (2014). Experiência empática: da Neurociência à Espiritualidade. *Revista da abordagem sistêmica- Phenomenological Studies*, 20(1), 53-60.
- Veiga, F., & Santos, E. (2011). Uma escala de avaliação da empatia: adaptação portuguesa do Questionnaire to Assess Affective and Cognitive Empathy. XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Lisboa.
- Veloso & Matos, (2008). Adolescência e estilos de vida ativos e saudáveis. *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola*. CDI / FMH.
- Veneziano, (2000). Perceived paternal and maternal acceptance and rural African American and European American youth's psychological adjustment. *Journal of Marriage and Family*, 62, 123-132.
- Zappe, 2010. Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade (Master's Thesis). Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul.

Anexos

Anexo A

Exm^a Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar

Assunto: Pedido de Autorização para efetuar investigação, com adolescentes beneficiários de RSI, no âmbito da Dissertação de Mestrado

Daniela Filipa Soares Sobreira, estagiária curricular da valência de Rendimento Social de Inserção (RSI) no Centro Comunitário de S. Cosme, presentemente a elaborar a Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar e da Educação, pelo Instituto Universitário da Maia (ISMAI), vem por este meio solicitar a V. Ex^a a autorização para contactar adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias de RSI para solicitar a sua participação em questionários, num estudo de investigação com o objetivo de analisar a qualidade das relações interpessoais entre pais e filhos. Pretendemos também perceber qual a importância das expressões de afeto ou rejeição no desenvolvimento de comportamentos disruptivos nestes jovens. No final da investigação, pretendemos deixar pistas sobre a forma como as relações familiares das famílias beneficiárias do RSI podem ser trabalhadas\auxiliadas a alcançar um melhor funcionamento com vantagens para a família e para a sociedade em geral.

Deste modo solicito autorização para contactar adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade, convidados para participar nos questionários que procuram fornecer repostas aos objetivos enunciados.

A recolha de dados será efetuada mediante os seguintes questionários:

- Questionário Socio- Demográfico: tem como finalidade recolher informações sobre o adolescente e a sua família de modo a abordar os temas de interesse que estarão presentes ao longo do estudo;
- Questionário de Conduta Antissocial e Delitiva: este instrumento tem como objetivo avaliar elementos de dois fatores, condutas antissociais e condutas delitivas. Os elementos das condutas antissociais não expressam delitos, mas comportamentos que desafiam a ordem social e infligem normas sociais (por exemplo, mandar lixo para o chão; tocar a campainha na casa de alguém e fugir). Por outro lado, as condutas delitivas incorporam comportamentos delitivos que estão

fora da lei, caracterizando uma infração ou uma conduta faltosa e prejudicial a alguém ou mesmo a sociedade como um todo (por exemplo, roubar dinheiro ameaçando pessoas mais frágeis).

- Questionário de aceitação-rejeição interpessoal: neste caso serão utilizados o PARQ-Mãe, escala que permite avaliar a atitude da mãe, relativamente a aceitação/rejeição da mãe e o PARQ-Pai, escala que permite avaliar a atitude do pai, naquilo que se refere a aceitação-rejeição do pai pelo filho.
- Interpersonal Reactivity Index (IRI): Descreve comportamentos, sentimentos e características relacionadas com a empatia e que avaliam quatro dimensões da empatia: A tomada de perspectiva, fantasia, consideração empática e angústia pessoal
- The Moral Judgment Test (MJT): Tem como objetivo medir dois aspetos do desenvolvimento moral, a competência do juízo moral e orientações morais/preferências morais.

Este estudo será efetuado mediante a autorização dos menores pelos pais e pela aceitação de participação através de consentimentos informados expressos num documento escrito e assinado pelos pais e participantes, cujo exemplar irá em anexo.

Desde já estabeleço o compromisso de respeitar o direito á autodeterminação, á intimidade, á confidencialidade, o direito á proteção de dados e a um tratamento justo e equitativo. Caso haja interesse, os resultados da investigação efetuada poderão ser facultados á presente Instituição.

Atenciosamente, solicito deferimento

A investigadora

Daniela Sobreira

Porto, 8 de Janeiro de 2014

Anexo B

Exm^a Sr.^a Dr.^a Vitória Santos
Coordenadora do Núcleo Local de
Inserção de Gondomar

Assunto: Pedido de Autorização para efetuar investigação, com adolescentes beneficiários de RSI, no âmbito da Dissertação de Mestrado

Daniela Filipa Soares Sobreira, estagiária curricular da valência de Rendimento Social de Inserção (RSI) no Centro Comunitário de S. Cosme, presentemente a elaborar a Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar e da Educação, pelo Instituto Universitário da Maia (ISMAI), vem por este meio solicitar a V. Ex^a a autorização para contactar adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias de RSI para solicitar a sua participação em questionários, num estudo de investigação com o objetivo de analisar a qualidade das relações interpessoais entre pais e filhos. Pretendemos também perceber qual a importância das expressões de afeto ou rejeição no desenvolvimento de comportamentos disruptivos nestes jovens. No final da investigação, pretendemos deixar pistas sobre a forma como as relações familiares das famílias beneficiárias do RSI podem ser trabalhadas/auxiliadas a alcançar um melhor funcionamento com vantagens para a família e para a sociedade em geral.

Deste modo solicito autorização para contactar adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade, convidados para participar nos questionários que procuram fornecer repostas aos objetivos enunciados.

A recolha de dados será efetuada mediante os seguintes questionários:

- Questionário Socio- Demográfico: tem como finalidade recolher informações sobre o adolescente e a sua família de modo a abordar os temas de interesse que estarão presentes ao longo do estudo;
- Questionário de Conduta Antissocial e Delitiva: este instrumento tem como objetivo avaliar elementos de dois fatores, condutas antissociais e condutas delitivas. Os elementos das condutas antissociais não expressam delitos, mas comportamentos que desafiam a ordem social e infligem normas sociais (por exemplo, mandar lixo para o chão; tocar a campainha na casa de alguém e fugir). Por outro lado, as condutas delitivas incorporam comportamentos delitivos que estão

fora da lei, caracterizando uma infração ou uma conduta faltosa e prejudicial a alguém ou mesmo a sociedade como um todo (por exemplo, roubar dinheiro ameaçando pessoas mais frágeis).

- Questionário de aceitação-rejeição interpessoal: neste caso serão utilizados o PARQ-Mãe, escala que permite avaliar a atitude da mãe, relativamente a aceitação/rejeição da mãe e o PARQ-Pai, escala que permite avaliar a atitude do pai, naquilo que se refere a aceitação-rejeição do pai pelo filho.
- Interpersonal Reactivity Index (IRI): Descreve comportamentos, sentimentos e características relacionadas com a empatia e que avaliam quatro dimensões da empatia: A tomada de perspectiva, fantasia, consideração empática e angústia pessoal
- The Moral Judgment Test (MJT): Tem como objetivo medir dois aspetos do desenvolvimento moral, a competência do juízo moral e orientações morais/preferências morais.

Este estudo será efetuado mediante a autorização dos menores pelos pais e pela aceitação de participação através de consentimentos informados expressos num documento escrito e assinado pelos pais e participantes, cujo exemplar irá em anexo.

Desde já estabeleço o compromisso de respeitar o direito á autodeterminação, á intimidade, á confidencialidade, o direito á proteção de dados e a um tratamento justo e equitativo. Caso haja interesse, os resultados da investigação efetuada poderão ser facultados á presente Instituição.

Atenciosamente, solicito deferimento

A investigadora

Daniela Sobreira

Porto, 9 de Maio de 2014

Anexo C**Consentimento informado**

A presente investigação, realizada por Daniela Filipa Soares Sobreira, Mestranda de Psicologia Escolar e da Educação, pelo Instituto Superior da Maia, tem objetivo analisar a qualidade das relações interpessoais entre pais e filhos. Pretende-se também perceber qual a importância das expressões de afeto ou rejeição no desenvolvimento de comportamentos disruptivos nestes jovens. No final da investigação, pretendemos deixar pistas sobre a forma como as relações familiares das famílias beneficiárias do RSI podem ser trabalhadas\auxiliadas a alcançar um melhor funcionamento com vantagens para a família e para a sociedade em geral.

A participação do seu educando é importante e imprescindível, para a realização da investigação, pois sem a sua contribuição, este estudo não se poderá realizar de forma adequada. Os dados recolhidos são confidenciais e serão mantidos sob anonimato, destinando-se apenas a fins de investigação científica.

Estou consciente da participação do meu educando nesta pesquisa e de que em qualquer momento ele se poderá recusar a continuar. Sei também que os dados dos referidos questionários serão usados somente para fins científicos e destruídos pelos investigadores após o estudo. Aquando do tratamento de dados, estes serão codificados mantendo-se assim o anonimato. Fui informado de que o meu educando não terá nenhum tipo de despesas nem receberá nenhum pagamento pela participação nesta pesquisa.

Declaro que autorizo o meu educando (a) a participar voluntariamente no estudo em questão.

(Assinatura)

Data: ___/___/___

Anexo D**Consentimento informado**

A presente investigação, realizada por Daniela Filipa Soares Sobreira, Mestranda de Psicologia Escolar e da Educação, pelo Instituto Superior da Maia, tem como objetivo analisar a qualidade das relações interpessoais entre pais e filhos. Pretende-se também perceber qual a importância das expressões de afeto ou rejeição no desenvolvimento de comportamentos disruptivos nestes jovens. No final da investigação, pretende-se deixar pistas sobre a forma como as relações familiares das famílias beneficiárias do RSI podem ser trabalhadas\auxiliadas a alcançar um melhor funcionamento com vantagens para a família e para a sociedade em geral.

A sua participação é importante e imprescindível, para a realização da investigação, pois sem a sua contribuição, este estudo não se poderá realizar de forma adequada. Os dados recolhidos são confidenciais e serão mantidos sob anonimato, destinando-se apenas a fins de investigação científica.

O estudo insere-se no âmbito académico, contribuindo para a realização da dissertação de mestrado. A recolha de dados para a realização do estudo será efetuada a partir de questionários que têm como objetivo fornecer respostas aos objetivos enunciados.

Eu, _____ es-
touse consciente da minha participação nesta pesquisa e de que em qualquer momento poderei recusar continuar. Sei também que os dados dos referidos questionários serão usados somente para fins científicos e destruídos pelos investigadores após o estudo. Aquando do tratamento de dados, estes serão codificados mantendo-se assim o anonimato. Fui informado de que não terei nenhum tipo de despesas nem receberei nenhum pagamento pela participação nesta pesquisa.

Declaro que concordo voluntariamente em participar no estudo em questão.

(Assinatura)

Data: ___/___/___

Anexo E

Questionário Sócio Demográfico

Sexo: Masculino ()

Feminino ()

Idade: _____

Ano de escolaridade: _____

1. Com quem vives? (Podes escolher mais que uma opção)

() Pai () Mãe () Irmãos () Avós () Tios

() Outros (Qual? _____ instituição, familiares)

2. A habitação onde vives é:

() Apartamento

() Moradia

() Habitação Social

() Outro. Qual? _____

3. Quantas pessoas vivem contigo? _____

4. Quantos irmãos tens? _____

5. A tua habitação tem (pode responder a mais do que uma opção):

() Sala

() Cozinha

() Casa de banho. Quantas? _____

() Quartos. Quantos? _____

6. O teu pai é:

- Casado
- Divorciado
- Viúvo
- Solteiro

7. A tua mãe é:

- Casada
- Divorciada
- Viúva
- Solteira

8. Nível de Escolaridade dos pais:

	1º Ciclo (1º ao 4ºano)	2º Ciclo (5º e 6ºano)	3º Ciclo (7º e 9ºano)	Ensino Secundário (10º ao 12ºano)	Ensino Superior	Curso Profissional
Pai						
Mãe						

9. Atualmente o teu pai:

- Trabalha. Em quê? _____
- Desempregado
- Outro. _____

10. Atualmente a tua mãe:

- Trabalha. Em quê? _____
- Desempregada

Outro. _____

7. Vivências/ vivenciaste, em casa, situações de violência doméstica (física/ psicológica):

Sim

Não

8. És/ foste alvo de agressão física fora de casa (escola, rua,...):

Sim

Não

9. Agrides/ agrediste alguém constantemente?

Sim

Não

Obrigada pela colaboração!

